



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LUIZA ROBERTA DE SOUZA PIMENTEL

O serviço social e a educação popular: um olhar sobre a produção de conhecimento nos CBASs (2010 a 2019) e Enpess (2012 a 2018)

Florianópolis

2022

LUIZA ROBERTA DE SOUZA PIMENTEL

O serviço social e a educação popular: um olhar sobre a produção de conhecimento nos CBASs (2010 a 2019) e Enpess (2012 a 2018)

Trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de graduação em Serviço Social do centro socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa dos Santos.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza Pimentel, Luiza Roberta de

O serviço social e a educação popular : um olhar sobre a
produção de conhecimento nos CBASs (2010 a 2019) e Enpess
(2012 a 2018) / Luiza Roberta de Souza Pimentel ;
orientadora, Maria Teresa dos Santos, 2022.
67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Serviço Social. 3. Educação Popular.
4. Produção acadêmica. I. Santos, Maria Teresa dos. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço
Social. III. Título.

Luiza Roberta de Souza Pimentel

O serviço social e a educação popular: um olhar sobre a produção de conhecimento nos CBASs (2010 a 2019) e Enpess (2012 a 2018)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Assistente social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Universidade Federal de Santa Catarina, 07 de dezembro de 2022.



Documento assinado digitalmente
HELOISA TELES
Data: 09/12/2022 15:43:58-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dra. Heloísa Teles
Coordenadora do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
Maria Teresa dos Santos
Data: 08/12/2022 14:01:56-0300
CPF: ***.459.218-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dra. Maria Teresa dos Santos
Orientadora

UFSC



Documento assinado digitalmente
Mailiz Garibotti Lusa
Data: 09/12/2022 13:05:23-0300
CPF: ***.819.959-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dra. Mailiz Garibotti Lusa
Avaliadora

UFSC



Documento assinado digitalmente
Jessica Saraiva da Silva
Data: 08/12/2022 14:13:17-0300
CPF: ***.400.244-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Assistente Social Jéssica Saraiva da Silva
Avaliadora
UFSC

Florianópolis, 2022

Em memória dos meus pais, Maria e Airton,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, que enquanto puderam me apoiaram em minha jornada.

Aos meus irmãos, Amanda e Álvaro por me apoiarem, e por me darem todo suporte necessário para a superação das minhas dificuldades, durante todo esse processo difícil na Universidade.

A todas as professoras e professores do curso de serviço social da UFSC que me possibilitaram me tornar um ser crítico da minha realidade e pela contribuição na construção do conhecimento e na formação profissional.

A minha amiga Alini pelo incentivo diário para que eu não desistisse de concluir essa etapa.

A minha supervisora de Campo Jéssica, sem a qual seria impossível esse momento. Obrigada pelo acolhimento no período de pandemia que enfrentamos e pelas superações que alcançamos juntas no processo de ensino no estágio na modalidade remota.

A minha Orientadora Maria Teresa, pelo suporte, pelos ensinamentos e conselhos e, principalmente pela disposição dedicada a mim, mesmo em situações pessoais difíceis pelas quais ela enfrentou durante o processo de orientação. Meu muito obrigada.

Por fim, a todas as demais pessoas que conheci e, de alguma forma contribuíram na minha jornada. Meus sinceros agradecimentos!

Neste ano uma tragédia
Caiu sobre o povo inteiro
Tombou morto um operário
Ferido em tiro certo
Foi Santos Dias da Silva
Trabalhador brasileiro.

Este crime verdadeiro
Estarreceu a nação
Santo morreu ali mesmo
O rosto colado no chão
Quando a bala de um polícia
Atravessou-lhe o pulmão (...)

A morte cortou o fio
De uma vida combativa
Santo morreu defendendo
A classe, com força viva
Um bravo trabalhador
Da luta nunca se priva.

Laerte Coutinho

“Daí a Crítica permanentemente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a recusa inflexível ao sonho e à utopia”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar a relação do Serviço Social com educação popular a partir do que foi produzido no campo do conhecimento científico. Para isso, utiliza-se de abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório. Dessa forma, levanta e analisa como se articulam a produção do conhecimento das temáticas serviço social e educação popular, utilizando-se da técnica da pesquisa bibliográfica. Através da revisão de literatura, busca-se trazer os principais autores e as principais abordagens acerca das duas temáticas e suas correlações. As fontes de análise foram levantadas nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais 2010-2019 e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social 2012-2018. Fontes de análise indicam a pouca produção do serviço social com relação a temática.

Palavras-chave: educação popular; serviço social; produção de conhecimento

RESUMEN

Este Trabajo de Final de Curso tiene como objetivo analizar la relación entre el Trabajo Social y la educación popular a partir de lo producido en el campo del saber científico. Para ello, utiliza un enfoque cuantitativo y cualitativo, con carácter exploratorio. De esta forma, plantea y analiza cómo se articula la producción de conocimiento sobre los temas del servicio social y la educación popular, utilizando la técnica de la investigación bibliográfica. A través de la revisión de la literatura, buscamos acercarnos a los principales autores y los principales enfoques sobre los dos temas y sus correlaciones. Las fuentes de análisis fueron planteadas en los Congresos Brasileños de Trabajadores Sociales 2010-2019 y en los Encuentros Nacionales de Investigadores en Trabajo Social 2012-2018. Fuentes de análisis indican la baja producción de trabajo social en relación al tema.

Palabras clave: educación popular; servicio social; producción de conocimiento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: CONCEPÇÃO E BREVE HISTÓRICO.	15
2.1 CONCEPÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	15
2.2 A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA.....	18
3. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: APROXIMAÇÕES AO LONGO DA TRAJETÓRIA DA PROFISSÃO.....	28
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	28
3.2 APROXIMAÇÕES SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	35
4. A PRODUÇÃO RECENTE ACERCA DA EDUCAÇÃO POPULAR: CBAS [2010 – 2019] E ENPESS [2012 – 2018]......	38
4.1 A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS ENPESS [2012-2018] E CBAS [2010-2019] EM NÚMEROS.....	38
4.2 APROXIMAÇÕES ÀS CARACTERÍSTICAS E CONTEÚDOS SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NOS ENPESS e CBAS	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APENDICÊS.....	56

1. INTRODUÇÃO

Educação Popular – uma perspectiva teórica-metodológica que visa contribuir com a emancipação dos sujeitos, os oprimidos pelo modo de produção capitalista, torná-los humanizados e livres, por meio da reflexão e ação, conscientização e mobilização, um método voltado para a classe trabalhadora. A autora desse trabalho, teve o primeiro contato com a literatura desenvolvida por Freire, durante a vivência acadêmica no ano de 2010, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, ao participar do movimento estudantil daquele ano, estando vinculada ao curso de Relações Internacionais.

Durante o mandato político do Diretório Central dos estudantes - DCE, Gestão Canto Geral, o grupo que representou os estudantes, e do qual fez parte a autora, foi um grupo crítico e que sempre buscou pautar as intervenções no movimento estudantil, pela perspectiva freireana, partindo da realidade concreta vivida pelos estudantes e trazendo a arte e cultura para dentro dos muros da universidade.

Em 2016, já no curso de serviço social, ainda na condição de estudante, foi possível identificar a percepção de alguns docentes que abordavam os conceitos do método da educação popular, mas enquanto graduanda que buscava uma outra perspectiva de ensino, sentimos falta de algumas discussões mais aprofundadas acerca dessa temática, principalmente quando relacionada ao serviço social. Enquanto futura profissional do serviço social, profissão esta que tem como valores centrais a emancipação e a liberdade humana no seu código de ética e que, também, na condição de classe trabalhadora, que luta enquanto classe oprimida para a superação da ordem societária vigente, ou seja, superação do capitalismo, entende a autora a necessidade de melhor compreender a possível articulação do serviço social à educação popular.

A pesquisa que originou o presente trabalho de conclusão de curso, teve por objetivo, analisar as aproximações da educação popular e serviço social ao longo de sua trajetória e as atuais tendências. Pretende-se com isso, contribuir com o entendimento que o serviço social faz da educação popular, com análises dos conteúdos já produzidos nessas áreas do conhecimento, tornando-o relevante, uma vez que como se averiguou, há reduzida produção na atualidade que articule essas duas temáticas. Entretanto, apesar da limitada produção, conforme afirma Machado

(2012, p.154.) existem assistentes sociais atuando com educação popular e/ou debatendo-a em outras áreas, como saúde e educação, por exemplo.

Uma vez que existe possibilidade de atuação profissional utilizando a perspectiva da educação popular, faz-se necessário a discussão desse modelo de educação tanto no trabalho, quanto da formação profissional dos assistentes sociais, assim como este estudo poderá servir como base de informação para o exercício profissional dos assistentes sociais.

Outro fator relevante para a escolha desse tema, são os pontos convergentes em relação a temática do serviço social e educação popular. Assim, como a educação popular, o serviço social luta por uma sociedade sem explorados. De acordo com lamamoto (2009), o serviço social tem como objeto de atuação, as expressões da Questão Social e as/os profissionais assistentes sociais, atuam e intervêm nas contradições geradas pela relação capital-trabalho. Também, de acordo com Netto (1999), o projeto profissional do serviço social, vincula-se ao projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Com vistas a construção dessa nova ordem, entende-se a educação popular, como fundamental para a formação dos assistentes sociais, pois através dela é possível ter uma intervenção mais democrática, horizontal, pautada na articulação com os sujeitos envolvidos no processo em sua totalidade.

Ratifica-se que a educação popular, na perspectiva freireana, como será tratado neste TCC, quando posta em prática, visa contribuir para a conquista da soberania popular e emancipação dos sujeitos, para que esses homens transformem a sociedade e superem a sua condição de explorados e oprimidos e isso, como mencionado anteriormente, vai ao encontro do projeto Ético-Político Profissional do assistente social.

A importância desse trabalho é revelada quando analisamos as produções do conhecimento e verificamos a existência de exemplos de profissionais assistentes sociais, pautando suas intervenções pela perspectiva da educação popular, que buscam, a partir de um referencial teórico-crítico, contribuir para estimular a organização e participação popular na direção da transformação da sociedade e conquista da emancipação dos sujeitos. Logo, é fundamental para a formação dos/das assistentes sociais uma prática mais democrática, dialógica, que impulsiona processos de conscientização, a mobilização, que considera o saber popular e a autonomia dos indivíduos, tornando-o assim, a educação popular sua aliada.

A metodologia utilizada foi fundamentada no conceito de pesquisa elaborado por Lakatos e Marconi (1985), que pressupõe a pesquisa como um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite realizar novas descobertas em qualquer campo do conhecimento, permite sua renovação e construção. A pesquisa é um caminho para se conhecer a realidade, através do método de pensamento reflexivo e científico. O método utilizado nesse trabalho é o de investigação da realidade. Nesse sentido, de acordo com Gil (1989) para se conhecer um objeto é necessário estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e em todas as suas conexões, tudo está sempre em constante mudança.

Com vistas a dar conta do objetivo proposto pelo presente trabalho, já mencionado acima, esta pesquisa foi qualitativa-quantitativa de caráter exploratório, uma vez que de acordo com Minayo (2002) ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, fenômenos que são entendidos como parte da realidade social.

Como acima mencionado, o trabalho procurou levantar e analisar a produção do conhecimento sobre a temática serviço social e educação popular. Por meio da revisão de literatura, também se buscou apresentar alguns importantes autores e suas abordagens acerca das temáticas serviço social e educação popular e sua correlação.

Para alcançar os objetivos propostos pelo trabalho de conclusão de curso e construir elementos para dar conta da resposta a problemática, foi utilizada a técnica da pesquisa bibliográfica. Uma abordagem considerada adequada, pois conforme Lima e Miotto (2007):

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação [...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas poucos explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (Lima; Miotto, 2007, p.44).

Nessa abordagem, em um primeiro momento levantou-se as fontes bibliográficas e todo material produzido dentro do recorte temporal de 2010 a 2020. As fontes de consulta utilizadas, foram os anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e Encontros Nacionais dos Pesquisadores em Serviço Social. As principais palavras-

chave utilizadas para a busca dos materiais nas plataformas foram o serviço social e educação popular, educação freireana e Paulo Freire.

O desenvolvimento do trabalho está organizado em três seções, além da presente introdução (Seção 1) e considerações finais (Seção 5). Na segunda seção se apresenta a conceituação da educação popular e na terceira seção se aborda a contextualização e como se deu historicamente a relação do serviço social com a educação popular. A quarta seção trata das aproximações analíticas de como se configura a produção mais recente sobre educação popular e serviço social e o que essas produções revelam sobre o tema.

2. EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: CONCEPÇÃO E BREVE HISTÓRICO

Na presente seção busca-se apresentar alguns elementos conceituais acerca da educação popular, com vistas a entender como se constituiu a relação entre o serviço social e a educação popular no contexto histórico do Brasil e qual a importância dessa perspectiva teórica-metodológica de intervenção na realidade para atuação profissional dos assistentes sociais na atualidade.

2.1 CONCEPÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Conforme aponta Vargas (2014) a educação é um fenômeno complexo, fundado em diferentes concepções e correntes e que configuram certa visão de mundo e sociedade. Nesse sentido, existem pedagogias que se assumem puramente científicas e, portanto, neutras e pedagogias críticas que declaram seus valores e ideais políticos, e é nesse último campo que se encontra a educação popular. Corroborando com essa linha de pensamento Gadotti (2000) afirma:

A educação popular tem-se constituído num *paradigma teórico* que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares e que busca colaborar com os movimentos sociais e com os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial (GADOTTI, 2000, P.289).

A concepção de educação popular, crítica, na perspectiva freireana, visa contribuir para a conquista da soberania popular, a libertação dos oprimidos e contra a dominação capitalista. As análises realizadas por Paulo Freire, um dos principais colaboradores desse paradigma teórico de educação, são ancoradas em situações concretas, na busca incessante pela transformação do mundo, na luta pela recuperação da humanidade da classe trabalhadora e pela sua desalienação. Para Freire (2020) a transformação do mundo só é possível através da práxis¹, reflexão e

¹ Para Freire a concepção de práxis tem duas dimensões: ação e reflexão, não há palavra verdadeira que não seja práxis, ou seja uma ação transformadora que se compromete com a libertação das pessoas envolvidas. Para aprofundar ler Pedagogia do Oprimido – Paulo Freire (2020)

ação dos homens, sem a qual é impossível a superação da contradição entre a classe dominante (opressores) e a classe dominada (oprimidos). Nesse sentido, Iasi (2020) afirma:

A educação popular é um processo que atua no movimento de constituição da classe enquanto classe, mais precisamente no movimento que leva a classe em si na classe para si. Atua de forma complementar as tarefas organizativas e práticas, contribuindo com a qualidade desejada da ação, mas não define nem o resultado nem a qualidade final da prática política da classe uma vez que isso é resultado de uma série de fatores que escapa ao âmbito educativo, como a dinâmica da luta de classes o caráter do Estado e as opções estratégicas estabelecidas (IASI, 2020, P.44).

Iasi (2020) defende a ideia da unidade entre pensamento e ação, uma práxis social, onde a formação é essencial. Se trata da passagem da reação às contradições existentes para uma ação consciente visando a transformação social.

De acordo com Paulo Freire (2020) a educação deve ser construída coletivamente, levando-se em conta todos os saberes, ser horizontal, sendo necessário a superação dos modelos existentes de educação, onde existe um detentor absoluto do saber:

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca (FREIRE, 2020, p. 81).

Na busca pela transformação social será necessário a superação dessa condição entre educadores e educandos pois, nesse modelo vertical de educação, não é possível um pensar autêntico, não existe diálogo, somente reproduções que auxiliam na manutenção do *status quo*. Sem a superação dessa condição, a educação é utilizada como prática de dominação, onde os educandos devem apenas armazenar os conteúdos que lhes são despejados pelo educador, sem fazer a reflexão crítica, e sem o constante desvelamento da realidade, necessários para a transformação da sociedade.

A educação problematizadora, crítica reconhece o caráter histórico e da historicidade dos homens, que estão em constante transformação. Procura dar voz aos explorados e pauperizados, aos destituídos de sua humanidade com o propósito da libertação humana.

Ao dialogar com outro autor que também pensou sobre o tema da educação, Antonio Gramsci, considera que todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais.

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2010, P.18).

Nesse sentido, existem intelectuais nas diferentes classes e através do saber esses intelectuais disputam a hegemonia do poder - a hegemonia intelectual predominante é a burguesa, portanto a educação é correlação de forças.

De acordo com Santos (2017) nessa perspectiva a educação não é institucionalização do conhecimento, e sim, uma possibilidade consciente que os indivíduos têm para se construir historicamente.

Também, podemos perceber nas análises de Manfredi (1984), acerca dos escritos de Antonio Gramsci, uma linha de reflexão e análise que vê a educação popular como processo, que permite às classes subalternas² encontrar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses. Para além, de um instrumento ideológico da classe dominante para manter a hegemonia do seu status de dominação. A história da educação popular se constrói a partir do embate ideológico-político travado pela luta de classes antagônicas. Nesse sentido, a perspectiva gramsciana baliza ser necessário um afastamento crítico entre o saber acumulado e o repassado pois, o saber é organizado e administrado por uma classe quem tem objetivos políticos, conforme aponta Santos (2017).

² Simionatto (2009) aponta que as primeiras noções sobre o termo subalterno de Gramsci, aparecem para designar a submissão de uma pessoa a outras. Com os escritos Cadernos do Cárcere, Gramsci amplia o significado demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Para aprofundamento sobre o tema ler “Classes subalternas, luta de classes e Hegemonia: uma abordagem Gramsciana”, nesta mesma obra.

2.2 A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Palavra é a matéria do educador, seus elementos constitutivos possuem duas dimensões: ação e reflexão.

Palavras que ordenam a vontade de poucos sobre o trabalho de muitos, são as que criam os nomes de todas as coisas na sociedade onde o poder existe separado do trabalho produtivo, tanto quanto da vida simbólica coletiva. Mundos sociais onde o ofício de pronunciar a palavra necessária distancia-se do consenso; do pensá-la em comum como poesia e pensamento da vida coletiva sem desigualdade, e da experiência da solidariedade através das diferenças. Aprisionada por um poder separado da vida, a palavra sem o consenso torna-se a fala necessária para a sociedade e, por isso, é imposta e dada como legítima para realizar os atos de controle da vida social dominada pela desigualdade (BRANDÃO, 2012, p.8).

Para Brandão (2012), a função primária da publicação escrita foi a de facilitar a servidão. Para ele, apenas a palavra oral primitiva em estado de ser popular, possui em si mesma a sua densidade plena. Na sociedade tribal, por exemplo, o poder reina sobre o consenso, o exercício da palavra é um dever do poder, diferentemente da nossa sociedade onde a palavra se transformou no direito do poder. Essa diferença nos coloca como tarefa, descobrir os meios para que a direção da história seja transformada, a palavra, o saber e a educação devem ser construídos coletivamente para tornar todos os homens livres.

Ao refletir nossa tarefa de pensarmos em outra sociedade, retomamos a história recente da educação popular no Brasil. Durante a primeira metade do século XX, o discurso pedagógico moderno definia a escolarização como um meio privilegiado para educar a população. O primeiro “sistema escolar” nacional teve sua gênese na sociedade colonial, escravocrata e onde a educação era precária e restrita, voltada a poucas pessoas da sociedade, conforme aponta Brandão (2012).

Foi somente com o início da industrialização no país, com a vinda dos imigrantes europeus e o surgimento de novas oportunidades de trabalho na cidade que começou uma verdadeira extensão do ensino. Nesse contexto, é associado aos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino no país, o surgimento do nome “educação popular”, utilizados por educadores quando discutiam a relação entre

o Estado, a sociedade civil e a educação das classes populares. Como resultado dessa primeira mobilização pela educação universal é que as escolas públicas, através dos estados e municípios, serão levadas para a população rural e urbana no Brasil.

De acordo com Brandão (2012), antes da década de 1920 o país era marcado pelo alto índice de analfabetismo. O autor aponta uma pesquisa estatística publicada pelos Estados Unidos da América (EUA) que revelava uma taxa de 85,2% da população do Brasil de analfabetos. ensino a todos os lugares. Esses dados apontados pelos Estados Unidos, era um meio de justificar sua intervenção no Brasil e em toda a América Latina. Dessa forma, após a Primeira Guerra Mundial é iniciada uma mobilização para o combate ao analfabetismo e à expansão imediata da rede de ensino a todos os lugares.

O deslocamento do capital da agricultura para a indústria, da varanda das grandes fazendas para as janelas dos edifícios pioneiros; o surgimento de um empresariado progressista, se comparado com os senhores do café e da cana; a organização de grupos e partidos políticos de tendências liberais colocaram a questão da democratização da educação e da construção, através também de seus efeitos, de uma sociedade democrática, entre os principais temas do período (BRANDÃO, 2012, p.40).

Os educadores desse período partilhavam de uma crença que mesclava ideais franceses e realizações sociais norte-americanas, influenciados pelo *American way of life*, o que representava a dominação imperialista por trás da educação. Suas premissas baseiam-se na educação como um direito de todos os cidadãos, como base para uma sociedade democrática, e também afirmavam que para melhorar a situação de atraso e pobreza nacional, seria necessário a participação da população na vida cultural, econômica e política do país. O instrumento para levar a educação para toda população seria através da escola pública, laica e gratuita. Para Brandão (2012) todo o processo de modernização do sistema escolar não resultou em uma oferta de educação compatível com as necessidades do povo.

Quase 80 anos depois, temos elevado número de analfabetismo no Brasil, em 2019 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada (PNADC), pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que 11 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos. Essa mesma pesquisa, apontou que 69,5 milhões dos adultos com 25 anos ou mais não completaram o ensino

médio, entre os principais motivos apontados para a evasão escolar, está a necessidade de trabalhar IBGE (2022).

O “ideal” de escola pública nunca foi plenamente realizado no Brasil. O modelo de escola aplicado mostrou-se insuficiente, pois como já mencionado, não era compatível com as necessidades da população. Na sociedade capitalista a educação tem papel de manter destinos desiguais. Conforme aponta Brandão (2012) é importante a existência de uma retórica na educação e uma prática escolar distintas. Enquanto a retórica defende uma educação igual para todos, para que através dela a população explorada conquiste condições de acesso ao trabalho e à vida social. Na prática, a educação escolar não deve ser oferecida de uma mesma maneira para todos.

A educação serve ao mercado³, define uma pequena parcela dos detentores do poder e outra parcela, a maior parte, dos que vão sair aptos e eficazes para o trabalho. Mantém-se na educação a reprodução das mesmas hierarquias da sociedade. Definir que todos têm as mesmas condições e são dados como iguais para a educação é errôneo, não considera as condições individuais de cada sujeito, suas condições sociais e econômicas. As estruturas escolares também são desiguais, pois temos as escolas particulares, as melhores escolas públicas, ao mesmo tempo que possuímos escolas em situações precárias nas periferias, nas áreas rurais de difícil acesso, nesses locais os fracassos são esperados, eles recriam a desigualdade (BRANDÃO, 2012).

Na nossa sociedade desigual, o sistema educacional produz os instruídos e os excluídos. Em relação a esse tema fundamental da educação brasileira Gadotti (1994) afirma:

Enquanto houver ensino regular pago, privado, confessional ou não, não haverá igualdade de oportunidade para todos, porque haverá sempre escolas de ricos (que podem pagar) e escolas de pobres (que não podem pagar). Haverá APMs (Associação de Pais e Mestres) ricas e pobres, comunidades ricas e pobres. A escola não acabará com as diferenças sociais, é certo (GADOTTI, 1994, P.151).

³ A temática educação e trabalho pode ser aprofundada em: Educação e Trabalho uma relação tão necessária quanto insuficiente de Liliana Rolfsen Petrilli Segnini (2000)

Gadotti (1994) defende a ideia que só é possível um sistema de ensino democrático e popular se esse sistema for inteiramente gratuito e universal, sob a hegemonia da população, ela não pode ser objeto de lucro. É uma conquista da população organizada e não deve ser uma doação do Estado capitalista.

Na década de 1980, a educação passou a ser considerada como um direito social garantido pela Constituição de 1988. A Lei de Diretrizes de Base da educação Nacional (LDB) de 1996, estabelece a educação básica como obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizadas em pré-escola, ensino fundamental e médio. Recentemente em 2018, foi aprovada a reforma do ensino médio no Brasil, alterando a LDB, precarizando ainda mais a formação dos jovens brasileiros. Ainda, em 2018 várias entidades assinaram um documento com críticas a essa reforma, pois possibilita a utilização de recursos públicos para financiar oferta privada de educação, reduz o currículo educacional ao mínimo e induz a modalidade de ensino a distância, em um país com a educação básica precária⁴.

2.3 EDUCAÇÃO POPULAR: BREVE HISTÓRICO DO SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Conforme aponta Brandão (2012) a questão da escola pública e a erradicação do analfabetismo, pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foram iniciativas dos educadores, políticos e intelectuais da época, que estavam empenhados com a educação de setores populares. Importante ressaltar, que não foi somente a elite do país que pensou na questão da educação, nesse mesmo período, podemos destacar a criação das escolas para os filhos dos operários, escolas partidárias, e as experiências da educação entre militantes anarquistas e comunistas. Nesses locais a educação era pensada para o proletariado, que viriam a ser educados segundo os princípios ideológicos de seus grupos partidários de militância. Locais com outro modelo de educação, diferente de outros espaços de ensino e aprendizagem patrocinados pelo poder de um Estado capitalista a serviço da reprodução do capital.

⁴ Para mais informações ler <https://www.anped.org.br/news/o-desmonte-da-escola-publica-e-os-efeitos-da-reforma-do-ensino-medio-exclusao-precarizacao> (2018)

Nesse mesmo período, pós Primeira Guerra Mundial, é importante ressaltar as experiências dos movimentos negros brasileiros, que lutavam contra o racismo histórico, contra sua marginalização e dominação. Na década de 1930, a experiência da Frente Negra Brasileira (FNB)⁵ deve ser lembrada como pioneira da educação popular no país, insere a perspectiva de uma organização de Luta contra o racismo. Arlindo Veiga do Santos, um dos fundadores da FNB, na década de 1920, começava a pensar a questão racial no Brasil com perspectivas nacionalistas. Mesmo com o caráter conservador dos seus principais dirigentes, em um momento em que o racismo científico influenciava profundamente as instituições no Brasil, esse movimento foi importante pelas reivindicações por igualdade e pela inserção social dos negros recém-saídos da escravidão (SOUZA, 2020; TRASPADINI, 2020). A FNB foi para além da educação formal tradicional, a exemplo da criação de espaços comunitários de expressão artística e organização política.

É na história do desenvolvimento brasileiro, durante o período conhecido como “nacional desenvolvimentista” da década de 1950, nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e posterior Juscelino Kubitschek (1955-1960), marcado pela aceleração do desenvolvimento e a modernização, conforme aponta Puiggrós (1994), que se desenvolveu uma disputa entre os que defendiam a educação da população como dever do Estado e aqueles que viam na educação uma oportunidade de obter lucros, nesse mesmo período houve um aumento das escolas e universidades privadas pelo país, de acordo com Durham (2003), de 1946 até 1960 foram criadas 18 universidades no país, entre elas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960⁶.

Conforme Puiggrós (1994), com as reformas no sistema educacional, houve um processo de desagregação e restrição da educação, eliminando serviços que atendiam as demandas da população, servindo de manutenção ao modelo social vigente, necessitava-se alfabetizar homens e mulheres para o trabalho nas indústrias.

Segundo Bezerra (1984), no final da década de 1950 e início da década de 1960, contrário a esse sistema nascia “um movimento de expressão popular”, surgia

⁵ Para aprofundar o Tema ler A Frente Negra brasileira: Institucionalização, contestação e Fascismo de Matheus Felipe Gomes Dias (2019).

⁶ Importante, indicar que o curso de serviço social da UFSC, nasceu privado em 1958, fruto da articulação de entidades sociais, filantrópicas, patronais e confessionais de Santa Catarina, com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade de São Paulo. Dessa articulação, nasce a Faculdade de Serviço Social, privada e em 1980 passa a ser incorporada a UFSC.

como uma luta para romper com o estigma do analfabeto incapaz e deficiente, movimento que sofreu influências marxistas e cristãs, ligado às camadas médias da sociedade. Colocavam-se contrários aos que consideravam a educação como alavanca social para enfrentar a pobreza e atraso cultural, através da superação da ignorância.

Em 1960, surgem dois movimentos de educação voltados às camadas populares e que fazem a crítica a todo sistema educacional vigente e em especial as formas derivadas da educação de adultos.

[...] através de amplos programas de vinculação governamental, a educação de adultos desdobrava experiências compensatórias de reciclagem do saber escolar de adultos carentes, a educação popular e, depois a educação permanente surgem como projetos de re-significação política, social e pedagógica de toda a educação (BRANDÃO, 2012, P.86).

Para Brandão (2012) a diferença entre educação permanente e educação popular, reside no fato da primeira ser um projeto europeu, de retotalização da educação, partindo de premissas como universalização dos direitos do saber e da realização plena dos homens por meio da educação. Surge dessas premissas o “otimismo pedagógico”, isto é, acreditava-se na possibilidade de universalização de um novo homem, de uma nova cultura e de um novo mundo através da educação que envolvesse a todos.

Segundo Coutinho (2012), a década 1960, é marcada pela produção do Método Paulo Freire e as experiências de educação do Movimento de Educação de Base. Esses movimentos reuniam intelectuais, artistas, professores e estudantes que objetivavam a ampliação da participação popular no processo de democratização da sociedade brasileira. Destacado por Bezerra (1984), as atividades educativas características dessa época foram divididas em três grupos: alfabetização, educação de base e cultura popular. A autora parte do pressuposto que a educação é um componente conjuntural, ela corresponde a correlação de forças do momento. É na década de 1960, que Paulo Freire faz a experiência do seu Método de alfabetização de adultos no interior do Movimento de Cultura Popular, esse método visa conscientizar e politizar.

As práticas educativas estavam orientadas para o exercício da cidadania com foco no povo, diferente de períodos anteriores. Como já apontado ao longo do texto, em que a educação estava voltada ao desenvolvimento das capacidades produtivas da população, qualificação da mão-de-obra em busca de maior rendimento socioeconômico, visando o progresso. Existia uma pressão, de grupos populares, em um esforço de resistência ao imperialismo e para a mudança das condições sociais existentes.

Bezerra (1984) faz uma importante distinção entre os períodos a partir da década de 1959/64 e períodos anteriores da educação popular:

Num, a função seria disciplinar o preenchimento do papel social das camadas populares no interior do modelo de sociedade mantido pelas elites; Noutro, a função seria convocar, mobilizar, dinamizar o movimento popular para: por um lado, aliar-se aos interesses (implícitos ou explícitos) da fração ameaçada da burguesia; e, por outro lado, aliar-se à luta pela apropriação da parcela de poder que p momento conjuntural oferecia como oportunidade a determinada frações da classe média (BEZERRA, 1984, p.27).

Bezerra (1984) faz uma ressalva quanto ao último ponto, em nível das intenções, esses setores da classe média pretendiam ser aliados dos setores populares. Nesse sentido, o populismo exercido no interior desses movimentos educativos tinha conotações diferentes a depender do grupo que estaria patrocinando a atividade. Segundo Meneses (2017), no período pré-golpe de 1964, o governo de João Goulart, foi marcado por lutas sociais, o governo propunha uma política de reformas de base, entre elas educação e saúde e a oposição brigava pela manutenção dos seus privilégios. Nesse contexto, o Brasil apresentava duas visões opostas sobre as transformações e demandas sociais, “amplos setores e movimentos sociais se organizavam para intensificar as reformas sociais” (MENESES, 2017, P.34) o que facilitava a sindicalização dos trabalhadores, processo que ocorreu fortemente entre 1961 a 1964 e do lado oposto a Igreja e a imprensa financiada pelo capital estrangeiro, reagem com objetivo de conter as reformas de base.

Em 1961, surge, o Movimento de Educação de Base, oficialmente, no governo Janio Quadros. Movimento criado pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) para promover a educação, através da Igreja e a Presidência da República, inicia-se com um trabalho pedagógico voltado a alfabetização de jovens e adultos. Em 1962, o

movimento se aproxima das ideias de Paulo Freire e o processo educativo passa a estar ligado as ações dos homens para transformação da sociedade, e assim, promove uma educação mais humanizadora e de conscientização.

Antes do golpe, portanto, o MEB já tinha se aproximado das ideias de “reformas de bases” e de uma educação mais politizada, as autoridades começam a questionar a igreja católica sobre as medidas adotadas por esse movimento educacional. Desse jeito, as ideias de “conhecer para transformar” ou de “reescrever a realidade” começam a surtir incômodos ao poder autoritário, pois a primeira condição do educando no ato de conhecer é ter a conscientização de sua pobreza, reconhecer-se oprimido, ideia que está em consonância com o pensamento de Freire (1967) (MENESES, 2017, p.51).

Segundo Coutinho (2012), no período que se seguiu a ditadura (1964-1989) a educação popular foi fortemente ligada aos movimentos populares e a suas lutas pelos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, nessa fase o educador popular tinha papel de assessor do movimento social.

Para Brandão (2012) a emergência da educação popular, só foi possível graças a conjunção entre governos populistas, a produção intelectual estudantil, universitária, religiosa e militante de partidos e a conquista de espaço de novas formas de organização das classes populares.

Entre as décadas de 1970 e 1980, apesar de termos formas de educação voltadas às classes subalternas, elas não buscavam de fato contribuir para a transformação dessa classe, como exemplo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Conforme aponta Machado (2012) o Mobral era um movimento de educação voltado para a reprodução da ideologia dominante, não estava preocupado em desenvolver a visão crítica dos cidadãos e sim, apenas com a sua alfabetização. Era um programa de caráter assistencialista e conservador, controlado pelo Estado, voltado a uma pretensa erradicação do analfabetismo. Totalmente oposto à perspectiva Freireana, que acredita que para a educação ser de fato popular é necessário que ela seja problematizadora, crítica. Ela deve ir além da democratização da alfabetização, deve estar comprometida com a emancipação humana através do constante desvelamento da realidade.

Final da década de 1970, o pensamento de inspiração “marxista” criticado por Netto (2021), por conta do seu ecletismo teórico, supunha uma aproximação entre as

teorias marxistas e as propostas de Freire. O que levou a metodologia freireana a ser criticada, por intelectuais brasileiros, nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Vargas (2014), essa crítica tinha como fundamento a não adoção, por parte de Freire, do conceito de luta de classes como base para a análise da realidade social. Sua opção pela noção de “classe oprimida” sugere, conforme Netto (2001, p.279) “a remissão a uma estrutura social paradigmaticamente dicotômica”, comprometendo a “orientação para intervenção” e a ‘capacidade de decifrar o real” (VARGAS, 2014, p.41).

Ainda, no final da década de 1970 e decorrer da década de 1980, o serviço social se aproxima de forma fundamental dos movimentos e projetos de sociedade dos trabalhadores. Segundo Duriguetto e Marro (2016) essa relação foi possibilitada por um contexto conjuntural, social e político, com destaque para:

a reinserção da classe operária no cenário político nacional na segunda metade dos anos 1970, o que repôs a dinâmica política da luta de classes a partir do universo fabril e catalisou as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais [...] a recorrência à teoria marxiana e à tradição Marxista, superando a remissão a manuais simplificadores do marxismo por meio de uma crítica voltada para a superação dos influxos teóricos mecanicistas, economicistas e, em termos políticos, o combate às posturas voluntaristas, basistas e messiânicas; a dimensão sócio-ocupacional; a consolidação acadêmica e político-organizativo da profissão (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p.101).

A expressão dessa reinserção da classe operária é o chamado “novo sindicalismo”⁷ que culmina em 1983 com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Importante retornarmos algumas ideias desenvolvidas em 1990 no seminário de Taller na América Latina, sobre educação popular, seminário que ocorreu em La Paz, na Bolívia. Segundo Gadotti (2000) nesse seminário defendeu-se a ideia do Estado e da sociedade civil trabalharem em conjunto para o enfrentamento dos problemas educacionais em uma perspectiva popular. O Estado, na democracia, tem por dever cuidar de toda a sua população, independente de qual classe o seu cidadão pertença.

O Estado deve ser o principal articulador, mas não o articulador exclusivo das políticas sociais. É preciso um planejamento que compreenda a integração

⁷ Para aprofundar esse tema ler o Serviço Social no Brasil: história de resistências e ruptura com o conservadorismo, organizado pela autora Maria Liduína de Oliveira e Silva (2016).

entre as várias esferas de poder, de modo que possam dar conta do conjunto complexo de problemas concernentes à universalização da educação básica, por exemplo. À *sociedade civil* cabe, principalmente, o papel de contribuir na elaboração e na fiscalização das políticas educacionais, bem como na gestão dos órgãos responsáveis por sua aplicação [...] (GADOTTI, 2000, P.292).

Gadotti (2000) afirma que os movimentos populares devem construir novas alianças a fim de participar como membros e parceiros ativos nas definições das políticas públicas.

No contexto atual de transformações políticas, sociais e econômicas. Com o avanço do neoliberalismo e ultranacionalismo conservador, do atual desgoverno de Jair Bolsonaro (2019), a educação popular torna-se um necessário instrumento para formação crítica da classe trabalhadora, a classe historicamente oprimida pelo sistema capitalista.

Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da *questão social*, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em sua relação com o bloco de poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p.5).

É nesse sentido, que nas próximas seções, vamos olhar para as possibilidades de atuação de assistentes sociais, nas expressões da Questão Social a partir da perspectiva da educação popular de forma propositiva, crítica e em acordo com o Projeto Ético-Político e o Código de Ética da profissão. Entretanto, no desenvolvimento da seção três, faz-se necessário voltarmos na linha do tempo, mais precisamente entre as décadas de 1960 e 1980, no período em que houve o Movimento de Reconceituação do Serviço Social e período onde vão ocorrer as primeiras aproximações do serviço social com as ideias de Paulo Freire.

3. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: APROXIMAÇÕES AO LONGO DA TRAJETÓRIA DA PROFISSÃO

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:

Para compreensão da relação entre o serviço social e a educação popular é fundamental retomar alguns aspectos da consolidação da profissão do serviço social no Brasil. Conforme aponta Vargas (2014) a profissão está inserida na divisão socio-técnica do trabalho, e está vinculada a implementação e execução de políticas públicas que se constituem como estratégias na redução de conflitos.

Com o início da industrialização no Brasil na década de 1930 e posterior, na década de 1940, com o surgimento, das instituições assistenciais, estatais, paraestatais e autárquicas é que se dá a institucionalização e legitimação da profissão do serviço social. Principal acontecimento desse período, para o serviço social, foi a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em 1932, “essa entidade foi a fundadora e mantenedora da primeira escola de serviço social do país”, inaugurada em 1936, em São Paulo. (YAZBEK, 2009, p.07). O CEAS tinha como principal objetivo difundir a doutrina e a ação social da igreja.

[...] nesse momento, a “questão social” é vista a partir do pensamento social da igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no serviço social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBEK, 2009, p.08).

Conforme acima mencionado, o serviço social nasce ligado à igreja católica e à serviço da sua ideologia⁸, do ponto de vista filosófico, terá por base o Neotomismo⁹. Segundo Aguiar (1984) nesse momento o serviço social pautava sua atuação na ação

⁸ Para aprofundar o tema sobre a ideologia da igreja católica no século XX e sua influência no surgimento do serviço social no Brasil ler Serviço Social e Filosofia das origens a Araxá de Antonio Geraldo de Aguiar (1984).

⁹ Filosofia de Santo Tomás, seus pressupostos de dignidade da pessoa humana, do bem-comum e questão ética estão presentes na formação dos assistentes sociais desde 1936 até 1960. Serviço Social e Filosofia das origens a Araxá de Antonio Geraldo de Aguiar (1984).

com o indivíduo, buscando adaptar o maior número de indivíduos à vida social, e em pequenas comunidades.

Na década de 1940, a presença do serviço social norte-americano, marcará o serviço social brasileiro, através da difusão de técnicas funcionalistas¹⁰ para o agir profissional. A profissão importa técnicas norte-americanas de serviço social de casos, grupos e comunidade.

O serviço social de caso, de acordo com Aguiar (1984), inicialmente, algumas escolas de serviço social não aceitavam esse título, pois acreditavam que “caso” reduziria a pessoa a objeto. Entre seus princípios, dentro da concepção cristã, tem-se o respeito a personalidade do cliente, enquanto pessoa dotada de um destino sobrenatural, individualização, autodeterminação, não julgamento, aceitação e relacionamento.

O serviço social de grupo, tem como princípio, que todos os indivíduos tem necessidades comuns que tratam de satisfazer em grupo. O trabalho social do grupo é o desenvolvimento do indivíduo por meio do grupo, nesse sentido, o grupo está acima do indivíduo.

O serviço social de comunidade tem seus princípios baseados na doutrina da pessoa humana, da comunidade e do bem-comum. “A comunidade é vista como meio para desabrochar, para o desenvolvimento da pessoa humana, a fim de que ela possa atingir seu fim sobrenatural” “a igreja é vista como modelo de comunidade” (AGUIAR, 1984, p.64).

Nesse contexto, podemos observar o aumento da população nas zonas urbanas, devido a política de industrialização das cidades, conforme Silva (2006):

Dá-se, nesse contexto, a supremacia da burguesia industrial, no poder do Estado, aliada aos grandes proprietários rurais, ocorrendo, também, o crescimento do proletariado urbano, em face do desenvolvimento do modelo urbano-industrial e da capitalização da agricultura, com a consequente liberação de fluxos populacionais (SILVA, 2006, P.24).

¹⁰ O funcionalismo no Brasil marcará sua presença através das ciências sociais com Durkheim, Malinovsk, Parsons e Merton

Dessa forma, apresentam-se duas demandas ao Estado, absorver e controlar os setores urbanos e buscar a legitimação política desses mesmos setores. Com esses objetivos, o Estado vai incorporar algumas reivindicações dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo, controlar a autonomia desses movimentos reivindicatórios, via canais institucionais.

O Estado institui ações normativas e assistenciais, a fim de esvaziar e controlar possíveis mobilizações dos trabalhadores da cidade. É nesse cenário, que o serviço social vai romper com a suas origens, de caridade e forte vinculação com a doutrina social da igreja. Entretanto, conforme afirma Yazbek (2009), apesar de romper com a doutrina social da igreja, o serviço social ainda mantém traços conservadores, como a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religiosos e outros. Com a incorporação das grandes instituições, aumenta-se o mercado de trabalho para os assistentes sociais, que terão “suas bases de legitimação deslocadas para o Estado e para setores empresariais da sociedade” (SILVA, 2006, p.25).

No decorrer da década de 1950, pós segunda-guerra mundial e período de um conflito político-ideológico entre EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), conhecido como período da Guerra Fria, com forte apoio de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), irá se desenvolver no Brasil uma série de programas de Desenvolvimento de Comunidade, bem como de vários acordos feitos entre Brasil e Estados Unidos.

[...] a ONU se empenha em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade, como uma medida para solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social. [...] isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e quando dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos (AMMANN, 1981, p.32).

Assim, o “progresso” do país estava atrelado aos esforços da própria população em conjunto às autoridades governamentais. As preocupações do serviço social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade juntam-se a um movimento internacional, referendado por organizações como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão Econômica para

América Latina e Caribe (CEPAL), entre outros, interessados no avanço do capitalismo.

No Brasil, prepara o país para a entrada do Desenvolvimento de Comunidade, um acordo firmado em 1945, sobre educação rural, entre Ministério da agricultura e a *Inter-American Educacional Foundation*, dele surgiu a Comissão brasileiro-americana de educação das populações rurais (CBAR), posterior, outro acordo é firmado com o Ministério da educação visando à educação industrial, a Comissão brasileiro-americana de educação industrial (CBAI). De acordo com Ammann (1981), esses acordos, garantiram, a veiculação da ideologia e dos interesses americanos, nos meios rurais e nas áreas urbanas, e gesta-se o Desenvolvimento de Comunidade no país.

Em 1949, ocorreu no Brasil o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, com grandes influências de países com experiência em Desenvolvimento de Comunidade. Deriva desse seminário o Manual de Educação de Adultos, conforme aponta Ammann (1981).

Considerando que o analfabetismo representa “um fator de desintegração nacional, um empecilho para o progresso e uma ameaça para a paz social e para a vida democrática da América”; considerando a educação de massas como “um instrumento para preparar a paz e maximizar os efeitos da assistência técnica”; considerando, ainda, que é nas áreas rurais que se concentram os maiores contingentes de analfabetos, vincula-se, então a educação de adultos diretamente à solução dos problemas rurais (AMMANN, 1981, p.34).

O Manual de Educação de Adultos sugeria a adoção dos métodos do Desenvolvimento de Comunidade. Após o seminário, vão surgir no Brasil diversos programas, como por exemplo: em 1950 a Missão Rural de Itaperuna no Rio de Janeiro (RJ) que objetivava a criação de um programa nacional para melhorar as condições de vida econômica e socialmente das áreas agrícolas, com estratégias de ação no indivíduo, na família e na comunidade; em 1955 a criação do Serviço Social Rural (SSR) com o objetivo inicial de desenvolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras e em 1956 a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), cujo objetivo era prestar assistência as famílias rurais. De acordo com Ammann (1981), todos esses programas estavam voltados para a modernização da agricultura e com forte vinculação norte-americana.

Durante os anos de 1950 a ONU se empenha na formulação na sistematização e divulgação do Desenvolvimento de Comunidade, visando solucionar o problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social. De acordo com Ammann (1981), essa integração é concebida por uma visão acrítica e aclassista, pois isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político, não faz a crítica as estruturas que são responsáveis pelas desigualdades sociais e, não reconhece a divisão social do trabalho, encobrendo-a com identidade de valores, interesses e objetivos.

De acordo com Aguiar (1984), antes do surgimento do serviço social rural, tivemos intervenção em nível de comunidade, através das Missões rurais.

Essas missões partiam do pressuposto de que uma “educação de base” seria a forma de integrar os “marginalizados” e suprir o “atraso cultural” do povo da zona rural e, como o serviço social rural, esqueceram-se dos antagonismos de classe: para discutir os problemas da comunidade, reuniam-se latifundiários, diaristas e meeiros etc (AGUIAR, 1984, p.75).

No sentido de integrar essa população rural ao sistema, a partir do trabalho com elas, que vamos ter a primeira obra do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, publicada em 1952.

Durante o ano de 1954, no governo Vargas, através do decreto nº 35.311 de 08/04/1954 que se regulamenta a lei nº 1889/53 que regulamenta o ensino e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais. (AGUIAR, 1984, p76). Ainda, de acordo com o mesmo autor, essas medidas do governo, podem ser vistas como expectativas de instrumento de manipulação através do Estado. A instituição educacional, pode criar ambiente esclarecido que proporciona a solução adequada dos problemas sociais. Ao olharmos para o contexto do país, no final do governo de Vargas, notamos que as tensões sociais eram grandes, por conta da inflação, da política nacionalista e das críticas da oposição, nesse sentido buscou-se criar as condições favoráveis ao controle dos conflitos naquele momento da história.

Na década de 1960, inicia-se no Brasil, o desenvolvimento de uma perspectiva crítica ao Serviço Social “tradicional”, contexto marcado pelo período ditatorial de (1964-1985). Netto (2021) chama esse período de renovação do Serviço Social que tem suas bases na laicização da profissão.

São constitutivas dessa laicização a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente *disputa pela hegemonia* do processo profissional em todas as suas instâncias (projetos de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc) (NETTO, 2021, p.169).

A laicização é um elemento característico da renovação do serviço social no regime autocrático burguês. Netto (2021) aponta três elementos que permitem observar o desgaste do serviço social “tradicional”: a necessidade de atualização da profissão frente a uma sociedade em transformação e crescimento; a necessidade de aperfeiçoar conceitualmente o serviço social, com objetivo de elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais, o que demonstra insuficiência da formação profissional e por fim reivindicações para funções mais ativas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento.

Após o Golpe militar de 1964, grande parte das/dosas/os assistentes sociais assumem um caráter assistencialista, atuando com as execuções das políticas sociais e programas de Desenvolvimento de Comunidade, “tendo como principal função eliminar a resistência cultural às inovações, enquanto obstáculos ao crescimento econômico, bem como integrar as populações aos programas de desenvolvimento” (SILVA, 2006, P.30).

Supracitado, conforme aponta Silva (2006), que nesse contexto, se articula e se gera o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Reconceituação no sentido de “conceituar de novo”, com objetivo de superar o serviço social tradicional, fundado em ideais europeus e norte-americanos, superar para pensar e ajustá-lo à realidade latino-americana.

Em 1967, no primeiro governo ditatorial de Castelo Branco, ocorreu o primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá, Minas Gerais, com objetivo estudar e teorizar a metodologia do serviço social. Nesse período os assistentes sociais, tanto os que estavam comprometidos com o governo, mas queriam reformas, tanto os que estavam ligados ao povo, passam a questionar à natureza do serviço social e a sua operacionalidade. Para Aguiar (1984), a maior parte dos/as assistentes sociais presentes na elaboração do documento de Araxá, não buscavam a transformação das estruturas, estavam de acordo com o “projeto político vigente” e buscavam mudanças para melhorar o sistema (AGUIAR, 1984, P.126).

De acordo com Netto (2009), o regime ditatorial encontrou em um grande número de assistentes sociais, sua base de apoio. Muitos profissionais, assumiram cargos e postos de responsabilidade, por indicação política, em órgãos públicos do Estado. Entretanto, uma minoria, de 1964 até 1979, docentes e estudantes resistiram e lutaram contra o regime. No corpo profissional, também, temos exemplos de resistência e sacrifícios em meio ao terror instaurado pela ditadura, através de prisões, exílio e tortura. Dezenas de assistentes sociais foram perseguidos nesse período. Mas outro fato político, particulariza a situação do serviço social, é a tardia manifestação contra a ditadura por parte das entidades representativas da profissão, e sua “neutralidade” frente ao regime.

A partir da década de 1980, o serviço social vai romper com essa herança, indo em direção a superar a visão doméstica, familiar e consensual da profissão. Há um esforço de re-leitura teórico-metodológica no sentido de superação de dogmatismos, conforme aponta Iamamoto (2008):

Esse esforço de re-leitura teórica e metodológica se desdobrou em uma crítica marxista dos próprios “marxismos” presentes no Serviço Social, a partir de suas incorporações pelo movimento de reconceituação. Contestam-se os dogmatismos e a apologética no trato das teorias através do aprofundamento de suas fontes originais (IAMAMOTO, 2008, p.235).

Pela primeira vez, de forma aberta, o serviço social recorre a tradição marxista. No Movimento de Reconceituação, de acordo com Yazbek (2009b), a vertente marxista “que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx”. (YAZBEK, 2009b, p.9). Assim, Silva (2019) afirma:

Com o trabalho de Marilda Iamamoto nos 1980 que se demarca a efetiva interlocução das bases da teoria social de Marx com a profissão, com a publicação do seu livro em 1982, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, por meio do qual busca a apreensão do significado histórico-social do trabalho dos assistentes sociais e a sua inserção na sociedade de classes (SILVA, 2019, p.6).

Nesse sentido há uma preocupação em recuperar as contribuições de Marx como sugestão, já que que precisam ser constantemente atualizadas, por meio de pesquisas históricas, de acordo com a realidade social brasileira, para oferecer elementos essenciais para a categoria profissional, no sentido de compreensão das funcionalidades e limites no cotidiano do fazer profissional.

3.2 APROXIMAÇÕES SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

O diálogo entre as áreas do serviço social e educação popular, de acordo com Netto (2021), se constrói no decorrer do Movimento de Reconceituação do serviço social, no período da autocracia burguesa. Apesar do ecletismo teórico encontrado em diversas produções do período, Netto reconhece a influência das concepções acerca da educação popular de Paulo Freire nas produções do serviço social desse período. Embora, Netto faça críticas às aproximações com tradições marxistas, por conta, da maior parte dos intelectuais acessarem aos conteúdos por meio de manuais, sem recorrer as fontes originais, o que redundou em equívocos, o autor reconhece “é que, a partir de então, criam-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas.” (NETTO, 2021, p.195)

Netto ao falar das direções intrínsecas da Renovação do serviço social¹¹ no Brasil, aponta três caminhos desse processo: “a perspectiva modernizadora”; “a reatualização do conservadorismo”; “intenção de ruptura”.

No processo de intenção de ruptura, na década de 1970, surge o método de Belo Horizonte, conhecido como “Método BH”, os formuladores do método sofreram influências de Paulo Freire, surge como uma alternativa ao tradicionalismo profissional. Segundo Netto (2021) os formuladores do método consideravam que o objeto da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida” com objetivos profissionais “a transformação da sociedade e do homem” “a conscientização, a capacitação e a organização” (NETTO, 2021 p.354).

Netto faz algumas críticas aos formuladores do método de BH. O objeto da atuação profissional não pode ser considerado a ação social da classe oprimida, pois se a classe oprimida não agir, os assistentes sociais serão considerados responsáveis pelo imobilismo. Nenhuma profissão tem poder de transformar a sociedade, essa

¹¹ Para mais informações ler Ditadura e Serviço Social do José Paulo Netto (2021)

transformação só será possível através da luta de classes. Conforme Machado et al (2012b), ainda que a educação popular contribua com o processo de conscientização dos sujeitos, por meio da práxis, se esses sujeitos não estiverem dispostos a transformar sua realidade, nada será transformado.

Em 1979 ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o chamado “Congresso da Virada”, com a preocupação de construção de uma perspectiva crítica em todas as dimensões da profissão.

É característico desta “virada”, a preocupação com a construção de uma perspectiva crítica em todas as dimensões da profissão, incluindo a dimensão educativa ou pedagógica. O acervo que dispõe o serviço social sobre a sua dimensão político pedagógica é bastante significativo, e é neste campo que se localiza a problemática sobre as atividades de formação política, de educação popular, de mobilização e organização coletiva (MONTEIRO, 2018, p.11).

De acordo com a autora, a dimensão educativa é inerente ao exercício profissional, mas historicamente se vinculou a uma perspectiva subalternizante, longe da perspectiva crítica e emancipadora.

Ainda, no ano de 1979, foi lançada a revista “Serviço Social e Sociedade”, oriunda das discussões do III CBAS, onde, de acordo com Bogo (2016), os assistentes sociais serão chamados a assumir as lutas da classe trabalhadora.

Após o fim da ditadura, em 1986, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS), promoveu um Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, na cidade de Salvador na Bahia:

“[...] naquele seminário de 1986 foram destacados dois eixos de interesses dos assistentes sociais: um apontava as questões sociais, econômicas e políticas da América Latina, ressaltando-se aí as relações e perspectivas históricas do Brasil no nível do continente, e o outro era exatamente sobre os movimentos sociais e a educação popular (ABESS, 1988, p.4 apud MACHADO, 2012b, p.154).

O segundo eixo apontado pela ABESS (hoje ABEPSS) – os movimentos sociais e a educação popular - era visto como o mais desafiador, devido a conjuntura do país naquele momento, ele era tido como fundamental devido a prática contraditória da profissão, em um esforço por uma articulação com o projeto popular alternativo.

Conforme Santos (2017), a mudança de perspectiva político-ideológica inicia-se na década de 1970, se desenvolve na década de 1980 e consolida-se na década de 1990 com o Código de Ética profissional, cujos princípios serão fundantes do Projeto Ético, Político-pedagógico da profissão. Essa mudança de perspectiva relaciona-se com fundamentos da educação popular, “a saber, uma forma de fazer Educação que pressupõe um corte de classe, com a contribuição para uma determinada consciência social”. (SANTOS, 2017, p.312)

A partir da segunda metade da década de 1970, a educação popular passou a ser analisada de forma crítica, devido as influências do marxismo, ainda, conforme já supracitado, Netto (2021) crítica o ecletismo teórico do período, através de aproximações ingênuas com o marxismo, mas o autor ressalta que só a partir delas foi possível pensar a profissão sob a perspectiva marxista.

Conforme Bogo (2016), com a ebulição do Movimento de Reconceituação, já mencionado nesse trabalho, a educação popular se mostrava como uma possibilidade, havia a necessidade de integrar a participação popular nos processos de produção de conhecimento, com o objetivo de fortalecer os processos de organização e conscientização dessa população, com vistas a superação do capitalismo.

A aproximação com o serviço social com a educação popular confluiu para uma melhor relação profissional com os movimentos populares, foi possível assim compreender os diferentes papéis exercidos pela classe trabalhadora, não só de sujeitos a serem assistidos, mas de sujeitos que a partir de sua vivência contraditória têm muito a contribuir em seu processo de conscientização e autonomia (BOGO, 2016, p.8).

As trocas de conhecimento, em uma relação de iguais, são necessárias para compreensão das especificidades de cada sujeito e, também, as suas convergências.

Na próxima seção, o trabalho busca, a partir dos últimos CBAS e ENPESS, apresentar a produção recente do serviço social articulado com a temática da educação popular.

4. A PRODUÇÃO RECENTE ACERCA DA EDUCAÇÃO POPULAR: CBAS [2010 – 2019] E ENPESS [2012 – 2018]

Nesta seção, partindo das produções científicas brasileiras do serviço social, busca-se apresentar os resultados da identificação dos artigos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social¹² (Enpess) e dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais¹³ (CBAS), de 2010 a 2020, e de apresentar evidências que apontam para a relação entre o serviço Social e educação popular.

4.1 A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS ENPESS [2012-2018] E CBAS [2010-2019] EM NÚMEROS

No que se refere ao Enpess, esse estudo teve como fonte os respectivos anais dos eventos, no período de 2012 a 2018, por sua relevância na socialização de conhecimentos e temáticas atualizadas da área. No período de busca foi possível verificar os seguintes resultados na Tabela 1:

Tabela 1 - Resultado da busca nos Anais dos ENPESS – Período 2012 a 2018

Palavras-chave	Enpess				Nº	%
	2012	2014	2016	2018		
Educação Popular	3	3	3	4	13	100%
Paulo Freire	0	0	0	0	0	
Freireana	0	0	0	0	0	
Total	1.343	1.097	917	1.027	4.384	100%

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora.

¹² O Enpess é realizado de dois em dois anos. Último evento foi em 2018. Em função da pandemia da Covid-19, o evento de 2020 não se efetivou. XVII Enpess ocorrerá no Rio de Janeiro, em dezembro 2022, com o Tema: “Questão Social, Pandemia e serviço social. Em defesa da vida e de uma educação emancipadora”.

¹³ O CBAS é realizado de três em três anos. O XVII CBAS ocorreu em outubro 2022, de forma remota, com o Tema: “Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina”.

No Enpess de 2012 com o tema “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas Sociais: o desenvolvimento em questão” foram aprovados 1.343 (mil trezentos e quarenta e três) trabalhos, sendo localizados, apenas 3 trabalhos vinculados ao tema de estudo.

No Enpess de 2014 com o tema “Lutas sociais e Produção do conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital” foram apresentados 1.097 (Mil e noventa e sete) trabalhos, sendo 3 relacionados com a temática da educação popular.

Enpess de 2016 com o tema “20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 anos de Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) E 80 Anos de Serviço Social” foram apresentados 917 trabalhos científicos, com 3 relacionados com a problemática discutida nessa pesquisa.

Enpess de 2018 com o tema “Em tempos de Radicalização do Capital, lutas, resistência e Serviço Social” foram apresentados 1.027 (Mil e vinte e sete) trabalhos, e foi possível localizar 4 pesquisas que abordaram a relação do serviço social com a educação popular. Em síntese, durante os quatro encontros analisados, com 4.384 (Quatro mil trezentos e oitenta e quatro) trabalhos apresentados, somente, foi possível localizar 13 produções com os descritores referentes a temática da pesquisa.

Os Congressos Brasileiros de Assistentes (CBAS), no período de 2010 a 2019. O CBAS é o maior evento do serviço social brasileiro, tem relevância na discussão de diversos temas que perpassam a profissão, possibilitando a atualização profissional e organização política da categoria. No período de busca foram possíveis, verificar os seguintes resultados na Tabela 2:

Tabela 2 - Resultado da busca nos Anais dos CBAS – Período 2010 a 2019

Palavras-chave	CBAS				Nº	%
	2010	2013	2016	2019		
Educação Popular	3	2	6	8	20	100%
Paulo Freire Freireana	1					
Total	1.132	1.288	1.427	1.800	5.647	100%

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora.

No CBAS de 2010 com o tema central “Lutas sociais e Exercício Profissional no contexto da crise do Capital: mediações e a consolidação do projeto ético político profissional” foram aprovados 1.132 (Mil cento e trinta e dois) trabalhos, sendo localizados, apenas 4 trabalhos vinculados ao tema de estudo.

No CBAS de 2013 com o tema “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social” foram aprovados 1.288 (Mil duzentos e oitenta e oito) trabalhos, sendo encontrados 2 relacionados com a temática da educação popular.

No CBAS de 2016 com o tema “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”, nesse congresso foram aprovados 1.427 (Mil quatrocentos e vinte e sete) trabalhos científicos, com 6 relacionados com a problemática discutida nessa pesquisa.

No CBAS de 2019 com o tema “40 anos da “Virada” do Serviço Social” foram apresentados aproximadamente 1.800 (Mil e oitocentos) trabalhos, sendo possível localizar 8 pesquisas que abordaram a relação do serviço social com a educação popular. Em síntese, durante os quatro encontros analisados, com aproximadamente 5.647 (Cinco mil seiscientos e quarenta e sete) trabalhos apresentados, somente, foi possível localizar 20 produções com os descritores referentes a temática da pesquisa.

4.2 APROXIMAÇÕES ÀS CARACTERÍSTICAS E CONTEÚDOS SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NOS ENPESS e CBAS

Considerando o perfil da totalidade da amostra obtida nos dois eventos, Enpess e CBAS, verificou-se, que das 33 produções encontradas, apenas 9 contam com autores do gênero masculino, sendo o dado deduzido pelo nome dos mesmos. Machado *et al.* (2012) ao fazer um resgate histórico da articulação entres as áreas do serviço social e educação popular trazem alguns dados obtidos da análise da produção teórica nacional entres os anos de 1980 e 2010. Entre os resultados, também evidenciaram que a maioria das produções realizadas são por pessoas do gênero feminino.

O serviço social é uma profissão majoritariamente feminina, e essa afirmação vai ao encontro do que aponta o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2021), quando afirma que mais de 90% da categoria profissional é formada por mulheres, e

ainda as mulheres são maioria na população usuária do serviço social. Faz-se necessário problematizarmos esses dados apresentados pelo Conselho, e, também, evidenciados pela pesquisa realizada nos anais dos eventos acima descritos.

Outrossim decorre a necessidade de problematização, a partir do exercício profissional do assistente social na relação com a educação popular, a busca da superação do papel de subalternidade da mulher na sociedade e na própria profissão. Conforme aponta Cisne (2018), é fundamental buscar construir uma contracultura, o que implica a construção de uma educação libertária, antirracista e não sexista em conjunto “uma intervenção coletiva nas relações materiais que determinam as ideias dominantes” (CISNE, 2018, p.215). Para a autora, que trabalha com uma concepção do feminismo marxista¹⁴, a subordinação da mulher ao homem, está relacionado a luta de classes e a instauração da propriedade privada.

Referente aos artigos encontrados, esses trabalhos abordam a discussão da educação popular por diferentes abordagens e com temas transversais, são eles: Relação com as Organizações Não-Governamentais (ONGs) (1), discussão conceitual (15), educação popular e saúde (7), extensão universitária (2), movimentos sociais (5), educação ambiental e educação popular (1), arte educação popular (1), política de assistência social e educação popular (1). Verificar resultados na tabela 3:

¹⁴ Para aprofundar esse tema ler Mirla Cisne (2018)

Tabela 3 – Análise quantitativa das diferentes abordagens

Temas/abordagens	Nº	%
ONGS	1	3%
Discussão conceitual	15	45%
Educação popular e saúde	7	21%
Extensão Universitária	2	6%
Movimento Sociais	5	15%
Educação ambiental e popular	1	3%
Arte e educação popular	1	3%
Política de assistência	1	3%
TOTAL	33	100

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora.

A maior parte dessas produções traz a educação popular como tema central, inclusive no título, sendo possível identificar algumas categorias importantes da educação popular, como diálogo, práxis, emancipação e organização.

Dentre os temas/abordagens mais trabalhados a discussão conceitual/produção teórica evidenciou que dos 15 artigos encontrados, grande parte apresentou um resgate histórico, em nível nacional, da articulação entre a área de educação popular e o serviço social.

Os artigos trabalham com a concepção de educação popular na perspectiva de transformação social, em que buscam contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, trabalham na perspectiva de valorização dos saberes, com uma base ética e política, voltados para a transformação. Algumas produções analisadas como em Machado et al (2012), Machado (2012), defendem a educação popular como instrumento de trabalho para a formação e atuação dos assistentes sociais, na perspectiva teórico crítica.

No tema, educação popular e saúde, os artigos trazem a dimensão educativa da prática profissional. Articulam o método de educação popular, na perspectiva freireana, com o fazer profissional e a prática educativa dos movimentos populares comprometidos com os interesses das classes subalternas e o controle social.

Na abordagem sobre os movimentos sociais, os artigos apresentam um resgate histórico, ressaltando o caráter político-pedagógico dos movimentos sociais. A formação teórico-política vista em Pereira (2014) sintetiza bem essas abordagens:

instrumentalizar as classes subalternas para a sua participação política consciente, inclusive formando e capacitando lideranças dessas classes, considerando-as como protagonistas desse processo, a fim de que possam adensar a luta de toda a classe trabalhadora por uma ordem social que proporcione condições para a emancipação humana (PEREIRA, 2014, p.08).

Quanto às regiões do Brasil em que se originam essas publicações, verificar resultado na tabela 4:

Tabela 4 – Análise quantitativa das diferentes regiões que abordam as temáticas

Regiões	Nº	%
Nordeste	18	54%
Sudeste	9	27%
Centro-Oeste	4	12%
Norte		
Sul	2	6%
Total		100%

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora.

Majoritariamente o Nordeste, é a região que mais produziu sobre as temáticas abordadas, com 18 produções, levando-se em conta o recorte temporal em que essa pesquisa foi produzida. Em segundo lugar, a região com mais pesquisas é a Sudeste com 9 produções, seguida da região Centro-Oeste com 4 produções. Duas pesquisas foram identificadas na região Sul.

Assim como aponta Vargas (2014), os dados encontrados nessa pesquisa indicam pouca produção acadêmica na área do serviço social que aborda a temática da educação popular. A autora aponta, que uma das possíveis causas, seja em decorrência das críticas¹⁵ que a concepção de Paulo Freire sofreu durante sua trajetória, conforme já apontado por este trabalho.

¹⁵ Outra crítica à metodologia da educação popular se refere a sua aproximação com o tema do “empoderamento” nos anos 1980/1990. Década em que predominou a atuação dos educadores populares, através das ações instrumentalizadas por organismos financeiros internacionais, à

Contudo, é impossível negar que mesmo de forma inicial, a educação popular está presente nas discussões do serviço social. Machado (2012), também faz apontamentos quanto a reduzida produção científica e poucos debates acadêmicos na área do serviço social com relação a temática da educação popular, ainda, para ela, isso não inviabiliza que assistentes sociais atuem com a perspectiva da educação popular, e debatendo-a em outras áreas como educação e saúde (MACHADO, 2012, P.54).

O fato é que apesar de o debate acerca desse tipo de educação ser incipiente na formação profissional do assistente social, as práticas em educação popular continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil. Conforme Iamamoto (2002, p. 33), é muito importante ocupar esses espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista. Algo que “representa uma ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso” (Idem). Sobretudo porque a perspectiva da luta por direitos, estimulada tanto pela educação popular como pelo Serviço Social, passa a ser substituída pela perspectiva da refilantropização da questão social (MACHADO, 2012, p.54).

Iamamoto (2012), faz uma provocação, no sentido de pensar a formação profissional, é necessário repensar o trabalho de mobilização e educação popular. Com uma “releitura crítica da tradição profissional do serviço social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo adequar condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.” (IAMAMOTO, 2012, P.56).

Embora a metodologia de Paulo Freire, receba críticas, ampliar o debate, incentivar a pesquisa, acerca da importância da educação popular para a profissão do serviço social é fundamental para a formação e prática dos assistentes sociais.

exemplo o Banco Mundial. Segundo Gohn (2002), a utilização do método popular, nos anos 1990, ocorre pela dimensão do empoderamento “dos indivíduos e grupos de uma comunidade - gerando um processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, objetivando o empoderamento da comunidade” (GOHN, 200, p73). Freire, em meados dos anos de 1980, utiliza-se do termo “*empowerment*”, e de acordo com Carvalho (2014), o autor inicialmente demonstra receio em usar o termo de “*empowerment*”, pois entende a origem conservadora do conceito individualista - neoliberal, e tenta distanciá-lo do “projeto de empoderar os pobres”. Para aprofundar essa discussão ler o Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor” Carlos MONTAÑO (org) (2014)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de conclusão de curso, com a perspectiva de conhecer o que estava sendo produzido no serviço social relacionado com a perspectiva da educação popular, constatou-se que havia pouca produção no campo do conhecimento articulando essas duas temáticas. Entretanto, existiam profissionais utilizando a metodologia da educação popular nos seus campos de atuação, o que justificou a discussão desse modelo de educação, tanto no trabalho como na formação profissional dos assistentes sociais.

Diante disso, o trabalho teve como objetivo geral, analisar as aproximações da educação popular e serviço social ao longo de sua trajetória e as atuais tendências. Objetivo que foi atendido pelas análises realizadas nos CBAS 2010-2019 e Enpess 2012-2018.

Com vistas a atingir o objetivo geral, o primeiro objetivo específico voltou-se à refletir sobre a concepção de educação popular. A concepção trazida na análise foi a perspectiva freireana, que se propõe a contribuir para a conquista da soberania popular, a libertação dos oprimidos e contra a dominação capitalista. Essa educação problematizadora trazida por Freire, reconhece o caráter histórico e da historicidade dos homens que estão em constante transformação.

O segundo objetivo específico era identificar como historicamente se deu a aproximação do serviço social com a educação popular no Brasil e suas possíveis contribuições à profissão, objetivo que acredita-se ter sido alcançado com o resgate sobre a trajetória da profissão do serviço social no Brasil e os pontos de encontro e relação do serviço social e a educação popular ao longo da história do país, a partir de sua construção ao longo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Nesse período, as concepções de educação popular influenciam as produções do serviço social e se mostram como uma possibilidade de integrar a participação popular nos processos de produção de conhecimento, com o objetivo de fortalecer os processos de organização e conscientização dessa população, com vistas a transformação social.

O terceiro objetivo específico, proposto para a elaboração do trabalho, foi analisar a configuração da produção teórica mais recente sobre educação popular e serviço social, o que se buscou alcançar pela análise dos anais dos CBAS e Enpess. Conforme, constatado no período de elaboração do projeto dessa pesquisa, durante

a elaboração do trabalho, não foi possível localizar muitas produções nos congressos e eventos analisados com relação as temáticas abordadas. Também, foi possível constatar que a maior parte das produções foi escrita por mulheres da região nordeste do Brasil.

Percebe-se por conta da metodologia utilizada que o estudo poderia ter sido mais aprofundado durante a elaboração do trabalho, mas por conta, da limitação do tempo disponível da autora¹⁶ para a elaboração desse trabalho, algumas discussões não foram contempladas ao longo do texto.

Considera-se a educação popular um potente instrumental para a atuação dos assistentes sociais, frente ao enfrentamento das expressões da questão social, uma vez que somente através da emancipação humana é possível a superação do capitalismo. A inserção das/dos profissionais assistentes sociais em diferentes espaços socio-ocupacionais, possibilita que esses profissionais conheçam a dura realidade vivenciada pela classe trabalhadora, a luta pela sobrevivência dessa população e suas fragilidades. Torna-se extremamente necessário que o profissional saiba como potencializar as demandas desse público, atuando como mediador no fortalecimento das classes subalternizadas na luta pela garantia de direitos. Com perspectiva crítica, a/o assistente social atuará no fortalecimento das classes populares, para que coletivamente a sociedade seja transformada.

A educação popular estimula a presença organizada das classes populares na luta pela transformação da sociedade e do modo de produção capitalista e isso vai ao encontro dos princípios e valores do Projeto Ético-Político do serviço social. A profissão se vincula a um projeto de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero.

Em que pese se tratar de um estudo exploratório sobre o tema, almeja-se que sirva de ponto de partida para futuras pesquisas acerca da temática tão pertinente para a instrumentalização dos profissionais do serviço social.

¹⁶ Autora deste trabalho de conclusão de curso, além de ser estudante, também é trabalhadora de carteira assinada, o que justifica a limitação do tempo.

REFERENCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e Filosofia: das origens a araxá**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984. 152 p.

ALVES, Leonardo Nogueira; MAIA, Vinícius Mendes; CORDEIRO, Isabel Gonçalves. Construção de uma nova práxis: movimento estudantil, educação popular e o estágio interdisciplinar de vivência de minas gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Águas de Lindóia, Sp: Cfess, 2013.

ALVES, Yanna Karla de Sousa *et al.* Formação política e educação popular: curso de realidade brasileira como instrumento de construção de contra hegemonia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, Pe: Cfess, 2016. Disponível em: <https://cbas2016.bonino.com.br/> Acesso em: 04 out. 2022.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. 176 p.

ARANHA, Maria Lúcia Machado *et al.* Trabalho e Luta de Classes na educação popular: o que revela a produção acadêmica do serviço social?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014, Natal. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, Rn: Abepss, 2014.

BARBOZA, Jacqueline Aline Botelho Lima. A Luta pelo direito à escola pública no Brasil e o protagonismo dos (as) negros (as). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, Es: Abepss, 2018.

BASTOS, Karina Karla de Souza; MACHADO, Aline Maria Batista. Produção do conhecimento em educação popular na região Sul: um estudo nas pós-graduações públicas de serviço social e educação (2000-2010). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Ribeirão Preto, Sp: Abepss, 2016.

BASTOS, Karina Karla de Souza; MONTEIRO, Maria da Guia da Silva; MACHADO, Aline Maria Batista. Um balanço sobre educação popular nas pós-graduações de serviço social e educação na região nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, Pe: Cfess, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1499.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

BEZERRA, Aída (org.). As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al* (org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 16-39.

BEZERRA, Sergiana de Sousa; MAIA, Amanda Criste Nobre; SILVA, Sarah Lima Verde da. Serviço social e participação social: um caminho ético alternativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/644>. Acesso em: 21 set. 2022.

BOGO, Tainan Cristina de Araujo. Serviço social e educação popular: um estudo sobre as possibilidades de uma prática profissional emancipatória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, Pe: Cfess, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0539.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al* (org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 198 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura do povo e a educação popular: sete canções de militância pedagógica. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al*. **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 122-135.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 122 p.

BRITO, Liana; PEQUENO, Letícia Sampaio; DOURADO, Juliana Frota. Prática docente dos assistentes sociais: quem ensina e quem aprende?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, Es: Abepss, 2018.

CARVALHO, Ivy. O Fetiche do "empoderamento": do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, Carlos (org.). **O Canto da Sereira**: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor". São Paulo: Cortez, 2014. p. 144-183.

CFESS. **Assistente social, Lei Maria da Penha é instrumento para o cotidiano!** 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1831>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 132, p. 211-230, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2022.

COUTINHO, Suzana Costa. A práxis educativa popular. **Theoria**: Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre, Pouso Alegre, v. 4, n. 10, p. 1-23, 2012. Semestral. Disponível em:

https://www.theoria.com.br/educacao10/a_praxis_educativa_popular.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. A Frente Negra Brasileira: institucionalização, contestação e fascismo. **Práxiscomunal**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 108-124, jan. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Luiza/Downloads/lucasparreira,+Projeto+-+Diagrama%C3%A7%C3%A3o-v2n1_versao3-108-124.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

DURHAM, Eunice R. O ensino superior no Brasil: público e privado. In: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2003, São Paulo. **Seminário sobre Educação no Brasil**. São Paulo: Universidade de Oxford, 2003. p. 1-45. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimento sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 97-118.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e (org.). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2022. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=o-que-e>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FERREIRA, Adriana Amaral. Educação popular, movimentos sociais e serviço social em tempos de barbárie. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1897>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERREIRA, Adriana Amaral. Educação popular, serviço social e extensão universitária: relato de experiência de trabalho com comunidades e movimentos sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2019. v. 0, p. 0-0. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/10>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERNANDES, Raimunda Creuliane Ferreira; SANTOS, Jose Filho Araujo. Serviço social, educação popular e do campo: uma interlocução necessária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Ribeirão Preto, Sp: Abeps, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2020. 256 p.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 294 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 53-77, dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/613/628>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do cárcere**: volume 2: os intelectuais. o princípio educativo. jornalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 334 f. Carlos Nelson Coutinho.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. O Serviço Social na cena contemporânea. In: MARILDA VILELLA IAMAMOTO (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess e Abepss, 2009. p. 1-46.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. **Atribuições Privativas Do/A Assistente Social em Questão**, Brasília, p. 33-72, 2012. CFESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso, MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. 2007, p. 37-45.

MACHADO, Aline Maria Batista *et al.* A articulação do serviço social com a educação popular no Brasil: resultados parciais acerca dessa produção teórica entre os anos de 1980 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora, Mg: Abepss, 2012.

MACHADO, Aline Maria Batista. ONGs progressistas que atuam com a educação popular: em que medida contribuem com a hegemonia da classe trabalhadora?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012b, Juiz de Fora. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora, Mg: Abepss, 2012.

MACHADO, Aline Maria Batista; MONTEIRO, Maria da Guia da Silva. Educação popular: estudo das dissertações e teses das áreas de educação e serviço social (2000-2010). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Ribeirão Preto, Sp: Abepss, 2016.

MANFREDI, Sílvia Maria. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al* (org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 40-61.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p.78-108.

MENESES, João Paulo Dias de. **O movimento de educação de base no período 1961-1964: qual a perspectiva de direitos humanos?**. 2017. 223 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Direitos Humanos, Pós Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25244/1/DISSERTA%
c3%87%c3%83o%20Jo%c3%a3o%20Paulo%20Dias%20de%20Meneses.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25244/1/DISSERTA%c3%87%c3%83o%20Jo%c3%a3o%20Paulo%20Dias%20de%20Meneses.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

MONTEIRO, Jessica Oliveira. Serviço social e educação popular: enlace para uma potente disputa por uma orientação profissional crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, Es: Abepss, 2018.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal *et al*. Reforma do ensino médio: a institucionalização do apartheid social na educação. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 43, p. 1-8, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.261875>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CQL85LFng8qhDk9dnF93vvs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: NETTO, José Paulo. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Brasília: Cortez, 1999. p. 1-22.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2021. 424 p.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço (org.). **30 Anos Congresso da Virada**. Brasília: Cfess, 2009. p. 15-38. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

NUNES, Carla Alessandra da Silva *et al*. Educação popular e luta de classes: contribuições do serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014, Natal. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, Rn: Abepss, 2014.

NUNES, Linda Maira dos Santos. A educação popular e a formação de redes nas práticas de saúde aos idosos soropositivos: sob uma perspectiva fenomenológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2010.

OLIVEIRA, Carolina Sampaio de Sá; LIMA, Sergio de Rezende; GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. A atuação profissional do assistente social no meio rural na perspectiva do método Paulo Freire. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/119>. Acesso em: 21 set. 2022.

OLIVEIRA, Lucia Conde de; VIEIRA, Sâmia Barros; SOUSA, Hevelanya Albano de; NOGUEIRA, Maria Sônia Lima; BRITO, Célia Maria Machado de; FERNANDES, Isabelle Rocha. Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 114, p. 381-397, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282013000200010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200010&lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2021.

PAES, Carolina Nascimento; SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social e Educação Popular: considerações acerca de um projeto de pesquisa na comunidade do morumbi - cachoeira/ba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, Pe: Cfess, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1369.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

PAIVA, Vanilda P.. Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 79-87.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. O caráter político pedagógico dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014, Natal. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Natal, Rn: Abepss, 2014.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; SILVA, Natália Caetano da. Trabalho profissional e sujeitos políticos: a contribuição da educação popular na gestão da política de assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Olinda, Pe: Cfess, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0439.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

RAMOS, Maria Lucia Souza *et al.* Direitos Humanos, educação popular e Juventude periférica: a importância do serviço social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro**

de Assistentes Sociais. Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1047>. Acesso em: 20 set. 2022.

RIBEIRO, Thainara Guimarães *et al.* O papel da educação popular no PEAC: a experiência do conselho gestor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Águas de Lindóia, Sp: Cfess, 2013.

ROCHA, Milene Bastos. Panorama sobre o saber e a experiência popular nas práticas de educação em saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1899>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Considerações sobre a educação popular e o serviço social: um diálogo com os pressupostos freirianos. **Movimento:** revista de educação, Niterói, v. 7, n. 4, p. 303-325, Jan/Dez, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Luiza/Desktop/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Popular/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%20e%20o%20Sso%20-%20Pressupostos%20freirianos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SANTOS, Jose Filho Araujo; SOUSA, Maria Leivanete Ferreira de; FERNANDES, Raimunda Creulane Ferreira. Serviço social, educação popular e do campo: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético-político. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Olinda, Pe: Cfess, 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/0013-SERVICO_SOCIAL,_EDUCACAO_POPULAR_E_DO_CAMPO.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

SANTOS, Maria Verônica do Nascimento Fernandes. A educação popular na reorientação de práticas na atenção básica à saúde: um caminho de atenção aos idosos do município de recife/pe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Brasília, Df: Cfess, 2010.

SANTOS, Rozalina da Silva; FRANÇA, Amanda Olga Simões de. A educação popular em saúde e formação profissional: um instrumento na modificação de processos de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Vitória, Es: Abepss, 2018.

SARAIVA, Isabella Leonel Ferreira; PEREIRA, Gabriel Augusto Concienci Schmidt. Plantando o saber popular agroecologia e extensão popular na luta pela terra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em:

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1003>. Acesso em: 21 set. 2022.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 72-81, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000200011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7g5d46nQkNQ7KRdnfZP5mgk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, Claudemir Osmar da. TRADIÇÃO MARXISTA E SERVIÇO SOCIAL: interlocução e legado histórico. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 3., 2019, Florianópolis. **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis: Ufsc, 2019. p. 1-9. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202651/Silva_Tradi%c3%a7%c3%a3o%20marxista%20e%20servi%c3%a7o%20social.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, Luiza Cristina Rodrigues *et al.* Discussões de Gênero, Raça e Classe para além dos muros da universidade: um breve relato do primeiro curso de extensão luta antimanicomial e feminismos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/374>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 311 p.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: classes subalternas, lutas de classe e hegemonia. **Katalysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, Não é um mês valido! 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/cBXgDXkt7dJsx4Chbd6SpTD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SOUSA, Roberta Menezes. Articulando educação popular e saúde: a dimensão educativa da prática dos assistentes sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora, Mg: Abepss, 2012.

VARGAS, Tatiane Moreira de. **Serviço Social e Educação Popular: serviço social e educação popular**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7195>. Acesso em: 27 mar. 2021.

VIEIRA, Sâmia Barros *et al.* Diálogo entre o serviço social e a educação popular: contribuição no fortalecimento do projeto ético-político profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, Df: Cfess, 2010.

WANDERLEY, Luis Eduardo W.. Educação Popular e o processo de Democratização. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 62-78.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais**, Brasília, p. 1-21, 2009.

Disponível em:

<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricometodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais**, Brasília, p. 1-28, 2009b. Disponível em:

<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

APÊNDICE A – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XIII ENPESS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
XIII ENPESS	2012	A ARTICULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: resultados parciais acerca dessa produção teórica entre os anos de 1980 e 2010	Aline Maria Batista Machado, Aline Vieira Kiss, Daniela Ninfa de Lima Sousa, Elailla Andrius de Moraes Soares, Elisabete de Medeiros Santos	A finalidade deste artigo é fazer um breve resgate histórico da articulação entre a área da educação popular e a do serviço social, bem como apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS, da UFPB. O objetivo da investigação é realizar um estudo acerca da produção teórica em nível nacional que articula o Serviço Social a temática da Educação Popular entre os anos de 1980 e 2010. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja abordagem de tipo quali-quantitativa toma como procedimento de análise a técnica análise de conteúdo. De modo geral, os resultados estão revelando que a maioria das produções teóricas que articula serviço social ao tema da educação popular advém de mulheres, porém, tal produção tem se mostrado incipiente, visto que até o momento só encontramos 23 produções. Observamos que há uma necessidade de assistentes sociais que atuam com a educação popular sistematizar e publicar mais suas experiências, posto que isso contribuiria com o debate da educação popular no serviço social. Por outro lado, tais resultados podem estar revelando que não há muitos profissionais de serviço social estudando essa temática ou atuando na área, devido, inclusive, o próprio afastamento histórico de intelectuais do serviço social da área da educação popular devido a crítica ao ecletismo teórico entre os anos de 1970 e 1980, mas, o fato é que a década atual tem resgatado o diálogo entre essas duas temáticas.	educação popular, serviço social, produção teórica
XIII ENPESS	2012	ONGs PROGRESSISTAS QUE ATUAM COM A EDUCAÇÃO POPULAR: em que medida contribuem com a hegemonia da classe trabalhadora?	Aline Maria Batista Machado	Este artigo tem como objetivo central apresentar os resultados de um estudo de doutoramento realizado em duas cidades paraibanas (João Pessoa e Guarabira) no ano de 2009, o qual analisou em que medida as ONGs identificadas como progressistas no âmbito da educação popular, aqui representadas pelo SEDUP (Serviço de Educação Popular) e ASD (Associação Santo Dias), contribuem com a hegemonia da classe trabalhadora. O estudo fundamenta-se na abordagem materialista histórico-dialética, sendo classificado como qualitativo, dialético e explicativo. Os instrumentos investigativos foram: a entrevista semi-estruturada, o formulário sobre o perfil dos sujeitos da pesquisa, a observação sistemática e levantamento documental e bibliográfico. E utilizamos a técnica análise de conteúdo. No geral, a pesquisa apresenta as trajetórias históricas, os objetivos, as práticas, as concepções dos educadores e os desafios das ONGs e revela que, por objetivarem seguir numa perspectiva antineoliberal, não buscam assumir as funções sociais do Estado, mas cobrá-lo de tais funções, porém, suas mobilizações restringem-se às lutas por mudanças das condições locais e não estruturais.	ONGs, Educação Popular, hegemonia
XIII ENPESS	2012	ARTICULANDO EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE: a dimensão educativa da prática dos assistentes sociais	Roberta Menezes Sousa	O estudo teve como preocupação compreender a relação entre Educação Popular e Saúde na prática educativa dos assistentes sociais da Residência Multiprofissional em Saúde da Família em Sobral – CE, destacando aspectos referentes à concepção de saúde, às demandas profissionais, aos elementos para uma atuação competente e crítica e aos princípios e valores que orientam o exercício profissional. Realizou-se uma pesquisa do tipo descritivo-explicativa, de caráter qualitativo, com a utilização de técnicas de observação, registro em diário de campo e entrevista aberta. O objetivo é contribuir para uma leitura crítica, provocando reflexões e mudanças na prática profissional.	Serviço social. Educação popular. Residência em Saúde da Família

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE B – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XIV ENPESS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
ENPESS XIV	2014	EDUCAÇÃO POPULAR E LUTA DE CLASSES : contribuições do Serviço Social	Carla Alessandra da Silva Nunes, Maria Lúcia Machado Aranha, Suzycleia Oliveira dos Santos Pereira, Dislaine Sousa de Sá	O artigo apresenta uma reflexão acerca das contribuições teóricas do Serviço Social aos processos de educação popular, tendo por base, resultados de pesquisa de iniciação científica. A citada pesquisa buscou investigar como a temática se inseriu na produção teórica da profissão e sua articulação com as categorias trabalho e luta de classes. As conclusões revelam que embora quantitativamente reduzidas, as publicações examinadas revelam um processo de qualificação do debate a partir dos anos 1990, com a incorporação de referências da teoria marxista.	Serviço Social; Educação Popular, Luta de Classes
ENPESS XIV	2014	O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA	Célia Barbosa da Silva Pereira	Este texto apresenta um resgate da concepção crítica dos movimentos sociais, que serve como base para a compreensão do caráter político-pedagógico dos mesmos no processo de construção de uma consciência crítica acerca da realidade, para o qual a educação popular torna-se um instrumento fundamental.	Movimentos sociais; Formação política; Educação popular
ENPESS XIV	2014	TRABALHO E LUTA DE CLASSES NA EDUCAÇÃO POPULAR: o que revela a produção acadêmica do Serviço Social?"	Maria Lúcia Machado Aranha, Paulo Roberto Félix dos Santos, Suzycleia Oliveira dos Santos Pereira, Dislaine Sousa de Sá	O estudo se propõe a apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa de iniciação científica, que tem como objetivo analisar a produção teórica do Serviço Social no campo da Educação Popular na década de 1990, especialmente no que se refere às categorias trabalho e luta de classes. Esta pesquisa se caracteriza como teórica, de caráter exploratório, tendo por base o procedimento da coleta de dados feito exclusivamente por fontes bibliográficas. Os resultados parciais indicam uma insuficiência na análise das categorias trabalho e luta de classes e sua relação com o tema da Educação Popular nos artigos da década analisada.	Trabalho. Luta de Classes. Serviço Social. Educação Popular

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE C – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XV ENPESS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
ENPESS XV	2016	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO: uma interlocução necessária.	Raimunda Creuliane Ferreira Fernandes Jose Filho Araujo Santos	A reflexão que ora se apresenta, busca discutir a relevância da educação popular nos processos de organização, mobilização e articulação da classe trabalhadora no acampamento de demandas e questões concernentes as necessidades presentes e manifestas na realidade dos sujeitos coletivos. Com isto, traz a contribuição da reflexão da educação do campo, como espaço de formação dos camponeses para a defesa e luta do campo como espaço de vida e possibilidades, sustentado na experiência das Escolas do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Ceará. A partir disso, lança luzes da importância deste movimento político e pedagógico na realização dos direitos, na direção social pretendida pelo projeto ético-político e na luta pela emancipação humana.	Educação Popular, Educação do Campo, Projeto Ético-Político
ENPESS XV	2016	EDUCAÇÃO POPULAR: ESTUDO DAS DISSERTAÇÕES E TESES DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL (2000-2010)	Aline Maria Batista Machado Maria Da Guia Da Silva Monteiro	Este trabalho apresentar os resultados do plano de trabalho de iniciação científica (PIBIC/CNPq) intitulado, “Balanço das dissertações e teses do estado dos estados da Bahia, Ceará e Piauí nas áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010)”. O qual surge a partir do Projeto de pesquisa “O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE: Serviço Social e Educação (1980-2010)”. Nosso plano, especificamente, teve como objetivo central realizar um estudo acerca da produção acadêmica sobre educação popular nas pós-graduações públicas de Serviço Social e de Educação nos estados da Bahia, Ceará e Piauí, entre os anos (2000 e 2010).	educação popular; pós-graduação; serviço social e educação
ENPESS XV	2016	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA REGIÃO SUL: um estudo nas pós-graduações públicas de Serviço Social e Educação (2000-2010)	Karina Karla De Souza Bastos Aline Maria Batista Machado	Este artigo apresenta os resultados do plano de trabalho de iniciação científica (PIBIC/CNPq) intitulado “Balanço das dissertações e teses que abordam educação popular nas áreas de Serviço Social e Educação da região Sul (2000-2010)”. O qual surge a partir do Projeto de pesquisa “O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NAS PÓS-GRADUAÇÕES PÚBLICAS DAS REGIÕES SUL E NORDESTE: Serviço Social e Educação (2000-2010)”. O projeto vem sendo desenvolvido desde 2011, mas esse plano, especificamente, foi desenvolvido entre 2015 e 2016. Metodologicamente é um estudo exploratório, bibliográfico e quali-quantitativa, fundamentado no referencial teórico crítico. Os resultados revelam que a maioria das produções, 49%, encontram-se no estado do Paraná, 99% são dissertações e 93% seguem uma perspectiva crítica freireana.	Produção do Conhecimento; Pós-Graduação; Serviço Social; Educação Popular

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE D – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XVI ENPESS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
ENPESS XVI	2018	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: ENLACE PARA UMA POTENTE DISPUTA POR UMA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA	JESSICA OLIVEIRA MONTEIRO	O presente trabalho pretende socializar algumas reflexões da dissertação que vem se desenvolvendo no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ. O objetivo da discussão proposta é recuperar o debate sobre a educação popular e o potencial de seus nexos com o Serviço Social, tanto em sua dimensão formativa, quanto interventiva.	Serviço Social; Educação Popular; Dimensão pedagógica
ENPESS XVI	2018	A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM INSTRUMENTO NA MODIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO	ROZALINA DA SILVA SANTOS; AMANDA OLGA SIMÕES DE FRANÇA	O objetivo do estudo foi contribuir com a formação dos profissionais de uma Unidade de Saúde da Família (USF), do município de São Lourenço da Mata, Pernambuco, apresentando o planejamento e avaliação em saúde para o desenvolvimento e fortalecimento da Educação Popular em Saúde em suas práticas. Com as reflexões trazidas no momento das oficinas percebeu-se a necessidade de ampliação de espaços de troca e compartilhamento de saberes, em que os profissionais possam ter voz dentro dessas relações hierárquicas e em que a população também possa ser ouvida.	Planejamento em saúde. Avaliação em saúde. Educação popular em saúde
ENPESS XVI	2018	PRÁTICA DOCENTE DOS ASSISTENTES SOCIAIS: QUEM ENSINA E QUEM APRENDE?	LIANA BRITO; LETÍCIA SAMPAIO PEQUENO; JULIANA FROTA DOURADO	Este trabalho tem como objeto nossa prática docente na formação de assistentes sociais, e nos indagamos: qual a contribuição do nosso trabalho? Qual o seu alcance para os futuros assistentes sociais? Experimentamos em sala de aula, a partir das contribuições de Paulo Freire, formas diversas no processo de ensino e aprendizagem. Buscamos materializar uma prática pedagógica dialogada e uma dinâmica de leitura e escrito do mundo que vivemos. Qual o alcance dessa prática para os discentes e docentes? O que observamos é que não somos mais os mesmos, aprendemos uns com os outros na riqueza do cotidiano da formação acadêmica.	Prática pedagógicas; prática docente; Educação Popular; Serviço Social; Paulo Freire.
ENPESS XVI	2018	A LUTA PELO DIREITO À ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL E O PROTAGONISMO DOS(AS) NEGROS(AS)	JACQUELINE ALINE BOTELHO LIMA BARBOZA	Os movimentos sociais reafirmam a necessidade do debate sobre a educação popular, transformadora e socialista, num contexto de recrudescimento das ações autoritárias do Estado, e de políticas sociais crescentemente compensatórias e focalizadas. A educação popular passa pela busca de uma nova episteme, que supere as perspectivas eurocêtricas, encontrando-se no centro da estratégia de luta pelo socialismo. O potencial de reação e força dos trabalhadores encontram-se diretamente relacionados com a capacidade de autoorganização das forças populares, sua possibilidade de construir processos de autoformação e de reconstrução da escola pública, através de processos de democratização.	Educação; Políticas Públicas; Trabalho; Questão Racial

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE E – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XIII CBAS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
CBAS XIII	2010	A EDUCAÇÃO POPULAR E A FORMAÇÃO DE REDES NAS PRÁTICAS DE SAÚDE AOS IDOSOS SOROPOSITIVOS: SOB UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA.	Linda Maira dos Santos Nunes	Este estudo a luz da fenomenologia pretende fazer uma reflexão acerca das possibilidades de aproximação entre a educação popular e as redes sociais nas práticas de saúde dos Assistentes sociais como profissionais de saúde aos idosos soropositivos. Tendo em vista a interferência no trabalho de preconceitos, formas de lidar com envelhecimento, sexualidade e o estigma da doença AIDS.	Fenomenologia. Educação Popular e Formação de Redes. Práticas de Saúde. Idoso Soropositivo
CBAS XIII	2010	DIÁLOGO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR: Contribuição no Fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional.	Sâmia Barros Vieira, Jacqueline Alves Maia, Isabelle Rocha Fernandes, Talyta Reis Zambom, Hevelány a Albano de Sousa, Talita Bezerra Pinho da Silva	Este artigo é um convite à reflexão sobre a relação entre educação popular e o serviço social, principalmente no que concerne à atuação profissional na perspectiva sócio-educativa e na consolidação do projeto ético-político do serviço social, uma vez que ambos possuem como elemento central o fortalecimento das classes populares, defesa da liberdade, do respeito e da autonomia, visando à emancipação humana.	<i>Educação Popular, Serviço Social e Projeto Ético Político</i>
CBAS XIII	2010	A EDUCAÇÃO POPULAR NA REORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: um caminho de atenção aos idosos do município de Recife/PE.	Maria Verônica do Nascimento Fernandes Santos	A Educação Popular se difunde nos serviços de saúde do município de Recife/PE a partir de algumas iniciativas e práticas constituídas no processo histórico. Nesse cenário se desenvolveu a presente pesquisa, através do Movimento de Educadores Populares, Organização não governamental formada por agentes de saúde que desenvolvem um projeto voltado aos idosos. Esta se caracteriza como pesquisa social e se utiliza da observação participante na busca pela compreensão dos significados para estes idosos de tais ações e os impactos junto aos serviços de saúde.	Artigo não apresentou dados
CBAS XIII	2010	O ADOLESCENTRO PAULO FREIRE E SUAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS MORADORES DA COMUNIDADE DA ROCINHA	Daniela Falci Pereira	O Adolescentro tem em seus princípios e diretrizes estão pautadas nas bases programáticas do PROSAD e sua missão prioritária é a promoção do protagonismo juvenil na perspectiva do exercício os direitos e cidadania e da atenção integral à saúde deste grupo etário (incluídos neste as pessoas de 10 a 21 anos), moradores da Rocinha. Palavras chaves: saúde, promoção, juventudes, protagonismo.	saúde, promoção, juventudes, protagonismo

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE F – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XIV CBAS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
XIV CBAS	2013	O PAPEL DA EDUCAÇÃO POPULAR NO PEAC: a experiência do Conselho Gestor	Thainara Guimarães Ribeiro, Ana Régia Santos Oliveira, Juliana Gabriele Alves da Silva, Jailson Ramos Messias, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Laryssa Gabriella Gonçalves	Este trabalho versa sobre a relação entre a educação ambiental e a educação popular, enfatizando a experiência da constituição e prática efetiva do Conselho Gestor do PEAC. O resultado obtido neste trabalho demonstra que os princípios da educação ambiental e educação popular convergem no sentido de promover a participação qualificada dos sujeitos envolvidos na gestão ambiental no licenciamento.	educação ambiental; educação popular; licenciamento; controle social
XIV CBAS	2013	CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PRÁXIS: Movimento Estudantil, Educação Popular e o Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais	Leonardo Nogueira Alves, Vinícius Mendes Maia, Isabel Gonçalves Cordeiro	O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada pelo movimento estudantil da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM Campus Mucuri na construção do Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais – EIV MG. Busca ainda fazer uma discussão acerca da educação, e neste caso, destaca-se a educação popular como forma alternativa construída pelos movimentos sociais e apropriada pelo movimento estudantil. Por fim, o trabalho demonstra a importância do EIV-MG para o movimento estudantil da UFVJM, exemplificando as atividades desenvolvidas decorrentes do acúmulo na construção dos Estágios de Vivência.	Educação Popular, Movimento Estudantil, Estágio Interdisciplinar de Vivência.

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE G – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XV CBAS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
XV CBAS	2016	Formação política e educação popular: curso de realidade brasileira como instrumento de construção de contra hegemonia	Yanna Karla de Sousa Alves, Maria de Fátima Leandro Ferreira, Leonardo Honorato de Sousa, Lidiane Cavalcante Tiburtino, Joyce Dayanne Henriques Araújo	O artigo tem por objetivo apresentar a experiência do projeto de extensão intitulado Curso de Realidade Brasileira – CRB: do alto sertão paraibano, vinculado ao Grupo de Estudos e Práticas em Serviço Social (NEPSS). O mesmo aponta para a veemente necessidade do desenvolvimento de experiências que aproximem a universidade da comunidade, em vias de possibilitar a instrumentalização grupos da sociedade civil no requerimento de direitos.	Educação Popular. Hegemonia. Formação Política
XV CBAS	2016	Serviço Social e Educação Popular: considerações acerca de um projeto de pesquisa na comunidade do Morumbi - Cachoeira/BA	Carolina Nascimento Paes, Marcela Mary José Da Silva	este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvida no bairro do Morumbi, município do recôncavo baiano de Cachoeira, e busca discutir a dimensão educativa do Serviço Social por meio da metodologia da educação popular e sistematizar o que vem sendo desenvolvido na pesquisa, bem como suas perspectivas para o debate acadêmico.	educação; serviço social; projeto de pesquisa
XV CBAS	2016	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: um estudo sobre as possibilidades de uma prática profissional emancipatória	Tainan Cristina de Araujo Bogo	Este artigo buscou demonstrar que a utilização da Arte como instrumento de Educação Popular pode se mostrar uma via alternativa na prática do Assistente Social. Demonstramos como a função de educador está presente historicamente na profissão, citando alguns exemplos de experiências que tentaram articular Arte, Educação Popular e Serviço Social, através de uma pesquisa documental.	Serviço Social, Educação Popular, Arte.
XV CBAS	2016	Serviço social, educação popular e do campo: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético-político	Jose Filho Araujo Santos, Maria Leivanete Ferreira de Sousa, Raimunda Creulane Ferreira Fernandes	A reflexão que ora se apresenta, busca discutir a relevância da educação popular nos processos de organização, mobilização e articulação da classe trabalhadora no acampamento de demandas e questões concernentes as necessidades presentes e manifestas na realidade dos sujeitos coletivos. Com isto, traz a contribuição da reflexão da educação do campo, como espaço de formação dos camponeses para a defesa e luta do campo como espaço de vida e possibilidades, sustentado na experiência das Escolas do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Ceará. A partir disso, lança luzes da importância deste movimento político e pedagógico na realização dos direitos, na direção social pretendida pelo projeto ético-político e na luta pela emancipação humana.	Educação Popular, Educação do Campo, Projeto Ético-Político
XV CBAS	2016	Trabalho profissional e sujeitos políticos: A contribuição da educação popular na gestão da política de assistência social	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini, Natália Caetano da Silva	Os instrumentos de participação popular, conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, e a construção da participação ativa dos sujeitos no contexto da Política de Assistência Social, de modo especial da população atendida pelo (SUAS), nos mobilizaram a refletir a contribuição do trabalho profissional, por meio da educação popular e a inserção dos sujeitos nos espaços da esfera pública.	Assistência Social, trabalho profissional, sujeitos políticos, educação popular
XV CBAS	2016	Um balanço sobre educação popular nas pós-graduações de serviço social e educação na região nordeste	Karina Karla De Souza Bastos, Maria Da Guia Da Silva Monteiro, Aline Maria Batista Machado	este trabalho tem por objetivo apresentar o cruzamento do balanço das dissertações e teses da região nordeste, nas áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010). Este estudo é resultado de projetos de pesquisa PIBICs que a partir de uma pesquisa bibliográfica, buscamos compreender a influência da educação popular na formação profissional e produção acadêmica dos assistentes sociais.	serviço social; educação popular; pós-graduações

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE H – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XVI CBAS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
XVI CBAS	2019	Direitos Humanos, Educação Popular e Juventude Periférica: a importância do Serviço Social	Maria Lucia Souza Ramos, Jose Carlos Batista, Lucrecia Laura Alípio Rodrigues, Dayane de Paula Pereira, Márcia Maria Lopes dos Santos, Tamires Lorena S. dos Santos, Raylaine Alvares de Souza Silva, Priscila Rosa de Souza, Sarah Adriane	Este artigo tem como tema central a importância do Serviço Social na promoção da educação popular como uma ferramenta para a efetivação dos direitos humanos. O objetivo principal é analisar o papel do serviço social na vida da juventude de periferias, colocando em evidência os desafios postos para efetivação e acesso aos direitos humanos, tendo a educação popular como uma porta aberta para esse acesso. Para atingir esse objetivo, o método utilizado consistiu numa pesquisa bibliográfica sobre os temas em questão e numa pesquisa de campo realizada na periferia de Belo Horizonte, em 2018. Os resultados desta pesquisa apontaram a importância do assistente social para a viabilização dos direitos humanos da juventude periférica, em situação de vulnerabilidade e risco social. Esta profissão, nessas realidades, faz da educação popular uma forte ferramenta de transformação social.	Educação, direitos humanos, juventude
XVI CBAS	2019	PANORAMA SOBRE O SABER E A EXPERIÊNCIA POPULAR NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REVISÃO	Milene Bastos Rocha	A educação popular nas práticas de saúde pública no Brasil conforma-se como um dispositivo político-pedagógico que exige compromisso com a autonomia e politicidade. Nesse intento, esta revisão integrativa objetiva identificar experiências profissionais de educação em saúde na atenção básica norteadas pela educação popular, além de analisar resultados e tendências. A clássica consideração apontou para o distanciamento da politicidade das ações profissionais.	Educação em saúde. Educação popular em saúde. Cidadania
XVI CBAS	2019	EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE	Adriana Amaral Ferreira	O ensaio procura destacar alguns aspectos do processo que caracterizou a realidade brasileira nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, a fim de situar as experiências de educação popular no tempo histórico em que germinaram as bases para a produção da perspectiva de transformação social no Serviço Social brasileiro, embora ainda não elaborada de forma consciente pelos assistentes sociais naquele contexto. O texto também busca reunir elementos que se voltam à elucidação das experiências de resistência das massas em tempos de barbárie, a fim de se pensar nas atuais possibilidades de trabalho do Serviço Social com comunidades, na perspectiva freireana de educação popular.	Educação Popular, Movimentos Sociais, Serviço Social

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE H – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XVI CBAS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
XVI CBAS	2019	EDUCAÇÃO POPULAR, SERVIÇO SOCIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM COMUNIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS	Adriana Amaral Ferreira	O ensaio apresenta o relato de experiências de extensão universitária, procurando elaborar reflexões em interlocução com o sentido de educação popular presente na obra de Paulo Freire, tendo em vista a necessidade de se pensar em formas de atuação crítica do Serviço Social em comunidades e movimentos sociais em tempos de barbárie. Serão apresentadas experiências dos Projetos de Extensão “Memórias e movimentos” e “Territorialidades e cultura”, vinculados ao curso de Serviço Social da UFES.	Educação Popular; Extensão Universitária; Serviço Social
XVI CBAS	2019	SERVIÇO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM CAMINHO ÉTICO ALTERNATIVO	Sergiana de Sousa Bezerra, Amanda Criste Nobre Maia, Sarah Lima Verde da Silva	O presente estudo decorre da experiência de assistentes sociais no fortalecimento e consolidação de espaços de participação popular e controle social com usuários e familiares no cotidiano institucional do Centro de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas do município de Caucaia, estado do Ceará. Para tanto, focou-se no registro e reflexões acerca de suas atribuições, apontando a instrumentalidade, as especificidades desse processo e a importância da equipe multiprofissional para sua efetivação, com vistas no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos sociais na construção de políticas públicas voltadas para suas demandas, de maneira crítica, reflexiva e responsável. Optou-se por esse caminho metodológico orientado pela Sistematização de Experiência, ancorado nas discussões de Oscar Jara Holliday (2008), que por sua vez é pautado nos princípios da educação popular. Estima-se com esta produção, dar visibilidade e difundir as possibilidades de atuação de assistentes sociais na área de saúde mental, assim como fortalecer modelos de cuidado e tratamento pautados na participação ativa dos usuários dos serviços de saúde mental.	Serviço Social. Saúde Mental. Participação Social
XVI CBAS	2019	DISCUSSÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE: UM BREVE RELATO DO PRIMEIRO CURSO DE EXTENSÃO LUTA ANTIMANICOMIAL E FEMINISMOS	Luiza Cristina Rodrigues Silva, Maria Gabriela Garcia de Almeida, Melissa de Oliveira Pereira, Priscila Fernandes da Silva, Rachel Gouveia Passos	Este trabalho trata sobre a primeira turma do “Curso de Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira”. Planejado na perspectiva da educação popular, objetivou ampliar o debate com as trabalhadoras, usuárias, familiares e militantes da saúde mental na defesa de uma sociedade sem manicômios.	Saúde Mental; Gênero; Raça; Classe

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022

APÊNDICE H – Artigos com a temática da educação popular - apresentados no XVI CBAS

EVENTO	ANO	TÍTULO	AUTORES	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
XVI CBAS	2019	A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO MEIO RURAL NA PERSPECTIVA DO MÉTODO PAULO FREIRE	Carolina Sampaio de Sá Oliveira, Sergio de Rezende Lima, Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves	Este trabalho aborda a inserção do Serviço Social nos processos de trabalho no meio rural com base em Paulo Freire. Enfatiza a educação popular e analisa como o assistente social usa os preceitos do diálogo, da troca de saberes e do respeito à comunidade. Contribui para o indivíduo se tornar sujeito histórico e atuar criticamente. A linguagem é essencial na organização, mobilização e participação dos sujeitos.	Serviço Social. Educação popular. Paulo Freire. Diálogo
XVI CBAS	2019	PLANTANDO O SABER POPULAR AGROECOLOGIA E EXTENSÃO POPULAR NA LUTA PELA TERRA	Isabella Leonel Ferreira Saraiva, Gabriel Augusto Concienci Schmidt Pereira	O Núcleo Agrário Terra e Raiz é uma extensão popular e comunicativa que atua há 20 anos com os movimentos sociais de luta pela terra. Divide seu trabalho em dois coletivos o de educação, que discute educação do campo, e o de produção, que constrói a discussão acerca do atual modelo de produção agrária; o agronegócio e propõe o fortalecimento da agricultura familiar, movimentos de luta pela terra e agroecologia, sendo essas, alternativas a estrutura do agronegócio, levantando uma forma de reprodução sustentável da vida, que possa reverter o atual quadro de crise socioambiental. Em sintonia com as propostas e entendimentos construídos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, acerca da agroecologia e saber popular do campo, o Coletivo de Produção desenvolve-se com trabalhos na universidade, nos assentamentos e com a sociedade, para superar paradigmas que separam o campo e cidade e as ideias distanciam o saber popular do saber científico. Dentre as experiências, destaco o Espaço Agroecológico, que traz os assentados do 17 de abril de Restinga para a universidade e o Núcleo de Agroecologia e Direitos Humanos que alinha pessoas de diversas áreas do saber para construção de uma práxis agroecológica através do saber popular. Em 2018 foi iniciado uma aproximação com as ferramentas de comunicação popular; como a construção de documentário popular, pequenos vídeos e fotografias de relato de experiência, buscando expandir a visibilidade dos saberes do campo, movimentos sociais e agroecologia.	Extensão Popular, Educação Popular, Agroecologia, Movimento Social, Questão Agrária

Fonte: Sistematização elaborada pela pesquisadora, em 2022